

**INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES**  
**CURSO DE ESTADO-MAIOR CONJUNTO**

**2014/2015**



**TII**

***VIOLÊNCIA URBANA***

O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A FREQUÊNCIA DO CURSO NO IESM SENDO DA RESPONSABILIDADE DO SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS E DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA.



# **INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES**

## ***VIOLÊNCIA URBANA***

TCor de Inf da GNR António Manuel da Silva Ramos

Trabalho de Investigação Individual do CEMC 14/15

Pedrouços 2015



## **INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES**

### **VIOLÊNCIA URBANA**

**TCor de INF<sup>a</sup> da GNR António Manuel da Silva Ramos**

Trabalho de Investigação Individual do CEMC 2014/15

**Orientador:** TCor INF GNR António Manuel Barradas Ludovino

Pedrouços 2015

---



## Epígrafe

*"Do rio que tudo arrasta se diz que é violento. Mas ninguém diz como são violentas  
as margens que o reprimem".*

(Brecht, 2015)



## **Agradecimentos**

Um trabalho de investigação não pode ser considerada tarefa estanque e isolada, sem o contributo e a colaboração de pessoas que, por motivos diversos, ao longo desta investigação deram um apoio incomensurável e são muitas as dívidas de gratidão. Consciente que as palavras são áridas para retratar a dimensão de certos sentimentos que nos assolam, evidenciamos que há contributos que não podem, nem devem, ser esquecidos.

O primeiro agradecimento é para o orientador Tenente-Coronel António Barradas Ludovino, que na qualidade de orientador, sempre soube de forma permanente e oportuna transmitir entusiasmo e apresentar opiniões válidas. A confiança transmitida, atenção dispensada e dedicação incansável marcar-nos-ão para a vida.

De seguida agradecemos de forma sentida ao Coronel João Carlos Loureiro Magalhães, diretor do Curso de Estado Maior Conjunto (CEMC) pela disponibilidade para intermediar o processo de cedência e cooperação com entidades exteriores. Pelos esclarecimentos, sugestões, informações, disponibilidade e atenção dispensadas para responder aos questionários respetivos, endereçamos um especial agradecimento ao Coronel José Borges, da Direção de Operações e Informações da GNR, ao Inspetor Paulo Gomes da Polícia Judiciária, ao Dr. Manuel Vieira, do Gabinete Coordenador de Segurança Interna (GCSI), ao Tenente-Coronel Paulo Santos, do Comando Geral (CG) da GNR, ao Capitão Rogério Raposo, do Centro Nacional de Cibersegurança (CNC) e, por fim, ao Superintendente Pedro Teixeira, pela disponibilidade e cooperação na distribuição dos questionários, e aos oficiais da PSP que operam, em diferentes dimensões, na área temática em estudo na Direção Nacional.

Gostaríamos ainda de transmitir uma palavra de apreço e gratidão aos restantes Oficiais da GNR, pela recetividade no esclarecimento de dúvidas, desde o primeiro contacto estabelecido, profundo sentimento de camaradagem e nobres atos de zelo.

Por fim, mas não menos importante, agradecer aos funcionários da biblioteca do IESM pela excelente colaboração e permanente predisposição para satisfazerem as solicitações de bibliografia, e aos camaradas do CEMC 2014/15 cujo apoio, orientação e constante aconselhamento foi determinante na resiliência demonstrada ao longo deste trabalho.

A todos, os nossos honestos agradecimentos.



## Índice

|  |           |
|--|-----------|
| <b>Introdução.....</b>   | <b>1</b>  |
| a. Justificação do estudo.....   | 2         |
| b. Objeto de estudo, sua delimitação e objetivos da investigação.....                  | 3         |
| c. Percurso metodológico.....  | 4         |
| d. Organização do trabalho.....  | 5         |
| <b>1. Estado da Arte.....</b>  | <b>6</b>  |
| a. Definição e caracterização de violência urbana.....                                 | 6         |
| (1) Caracterização da violência urbana.....  | 7         |
| (2) Fatores determinantes.....   | 8         |
| (3) O medo e a insegurança.....  | 8         |
| (4) A tese de violência urbana.....  | 9         |
| b. Novas tecnologias: vetores potenciadores da violência.....                          | 11        |
| (1) Análise da informação nas redes sociais.....                                       | 13        |
| c. Legislação existente e aplicável.....   | 14        |
| (1) A nível Nacional.....  | 14        |
| (a) Apologia da violência.....   | 16        |
| (2) A nível Internacional.....   | 17        |
| <b>2. Enquadramento ao nível da Segurança Interna e Instituições responsáveis.....</b> | <b>21</b> |
| a. Criminalidade Geral.....  | 21        |
| b. Sistema policial dualista português.....  | 24        |
| c. Guarda Nacional Republicana.....  | 25        |
| d. Polícia de Segurança Pública.....   | 26        |
| e. Centro Nacional de Cibersegurança.....  | 27        |
| f. Situações de mobilização coletiva Nacionais e Internacionais.....                   | 28        |
| (1) O <i>meet</i> no Vasco da Gama.....  | 28        |
| (2) Mobilizações coletivas pelas redes sociais, a nível internacional.....             | 29        |
| <b>3. Trabalho de campo.....</b>   | <b>32</b> |
| a. Métodos.....  | 32        |
| b. Caracterização da amostra.....  | 34        |
| c. Apresentação e análise de resultados.....   | 34        |
| (1) Interpretação das grelhas de categorias de conteúdo.....                           | 35        |
| <b>Conclusões.....</b>   | <b>39</b> |
| a. Avaliação dos resultados obtidos e contributos para o conhecimento.....             | 39        |



|   |           |
|---|-----------|
| <b>b. Recomendações e limitações da investigação.....</b> | <b>42</b> |
| <b>Bibliografia.....</b>                                  | <b>44</b> |

### **Índice de Anexos**

|  |         |
|--|---------|
| Anexo A - Crimes registados pelas polícias na Grande Lisboa..... | Anx A-1 |
|--|---------|

### **Índice de Apêndices**

|  |         |
|--|---------|
| Apêndice A - Análise categorial das entrevistas..... | Apd A-1 |
| Apêndice B - Guião da entrevista.....                | Apd B-1 |

### **Índice de Tabelas**

|   |           |
|---|-----------|
| Tabela n.º 1 - Crimes registados pelas polícias na Grande Lisboa..... | 22        |
| Tabela n.º 2 – Relação de entrevistados.....                          | 34        |
| Tabela n.º 3 – Categorias de conteúdo das entrevistas.....            | 35        |
| Tabela n.º 4 – Crimes registados pelas polícias.....                  | Anx A - 1 |
| Tabela n.º 5 – Grelha de análise à categoria n.º 1.....               | Apd A - 1 |
| Tabela n.º 6 – Grelha de análise à categoria n.º 2.....               | Apd A - 2 |
| Tabela n.º 7 – Grelha de análise à categoria n.º 3.....               | Apd A - 3 |
| Tabela n.º 8 – Grelha de análise à categoria n.º 4.....               | Apd A - 4 |
| Tabela n.º 9 – Grelha de análise à categoria n.º 5.....               | Apd A - 5 |
| Tabela n.º 10 – Grelha de análise à categoria n.º 6.....              | Apd A - 6 |



## **Resumo**

Este Trabalho de Investigação Individual é o culminar do Curso de Estado-Maior Conjunto, cujo objetivo foi descobrir como as FFSS percecionam os novos fenómenos de violência urbana perpetrados pelas redes sociais. Com recurso ao método científico, Estudo de Caso, assumimos uma abordagem do tipo qualitativa apoiada na pesquisa bibliográfica, complementada com entrevistas semiestruturadas a personalidades especializadas na área.

Concluiu-se que os fenómenos designados *meets*, não representam uma ameaça, mas deverá existir legislação específica que regule o uso e utilização da internet, e que, em casos de publicação de declarações ou apelos à violência que atentem contra a ordem e tranquilidade pública, possibilite a monitorização pelas autoridades.

Confirmamos que as forças de segurança estão atentas, e acompanham de perto esta nova forma de comunicar e a sua capacidade de mobilização. Contudo, devido a limitações legais de atuação no ciberespaço, percecionam algumas dificuldades ao nível da prevenção e/ou intervenção.

## **Palavras-chave**

Violência, urbana, redes sociais, *meets*,

## **Abstract**

*This individual research paper is the culmination of the Combined General Staff Course and is aimed to better understand how Security Forces perceive the new phenomena of urban violence, in particular those connected to the social networks. By using the Case Study scientific method, we adopted a qualitative approach, also based on bibliographic research, which was complemented with semi-structured interviews with personalities specialized in the area.*

*We concluded that the so-called meet phenomena do not represent a threat. Nevertheless, there should be specific legislation on the use of Internet, where any statement or call for violence, which may threaten public order and tranquillity, allows authorities to monitor.*

*We also confirmed that security forces are on alert and closely monitor this new way to communicate and mobilise. However, due to law enforcement limitations in fighting cybercrime, there are some difficulties in the prevention and/or intervention.*

## **Keywords**

Violence, urban, social networks, *meets*,





## Lista de Abreviaturas

|                      |   |  |
|----------------------|---|--|
| ACA                  | - | Académica  |
| CE                   | - | Comissão Europeia  |
| CNC                  | - | Centro Nacional de Cibersegurança                                |
| CNPD                 | - | Comissão Nacional  |
| CRP                  | - | Constituição da República Portuguesa                             |
| DCSI                 | - | Direção de Comunicações e Sistemas de Informação                 |
| DI                   | - | Direção de Informações   |
| DIC                  | - | Direção/Departamento de Investigação Criminal                    |
| DIP                  | - | Departamento de Informações Policiais                            |
| DIROP                | - | Direção de Operações   |
| DO                   | - | Direção de Operações   |
| DSIC                 | - | Departamento de Sistemas de Informação e Comunicações            |
| ECREA                | - | <i>European Communication Research and Education Association</i> |
| ENSI                 | - | Estratégia Nacional de Segurança Interna                         |
| FFSS                 | - | Forças de Segurança  |
| GCS                  | - | Gabinete Coordenador de Segurança                                |
| GNR                  | - | Guarda Nacional Republicana                                      |
| H <sub>(1,2,3)</sub> | - | Hipóteses (n.º 1, 2, 3)  |
| IESM                 | - | Instituto de Estudos Superiores Militares                        |
| IP                   | - | <i>Internet Protocol address</i>                                 |
| ISCPSI               | - | Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna     |
| LOGNR                | - | Lei Orgânica da Guarda Nacional Republicana                      |
| MAI                  | - | Ministério da Administração Interna                              |
| MDN                  | - | Ministério da Defesa Nacional                                    |
| MJ                   | - | Ministério da Justiça  |
| MPL                  | - | Movimento Passe Livre  |
| NEP                  | - | Normas de Execução Permanente                                    |
| ONU                  | - | Organização das Nações Unidas                                    |
| PD                   | - | Pergunta Derivada  |



|       |   |  |
|-------|---|--|
| PJ    | - | Polícia Judiciária                                   |
| PP    | - | Pergunta de Partida                                  |
| PSP   | - | Polícia de Segurança Pública                         |
| PT    | - | Portugal Telecom                                     |
| SIEM  | - | <i>Security Information and Event Management</i>     |
| SOC   | - | <i>Security Operation Center</i>                     |
| TII   | - | Trabalho de Investigação Individual                  |
| TSF   | - | Telefone Sem Fios                                    |
| UE    | - | União Europeia                                       |
| UNFPA | - | <i>United Nations Fund for Population Activities</i> |



## Introdução

Para a realização deste trabalho, decidimos abordar um tema complexo, mas extremamente atual – Violência Urbana. Sendo um bom tema do ponto de vista sociológico, optamos por uma leitura crítica acerca dos artigos existentes sobre a temática.

Por norma, fala-se em violência sem identificar, no entanto, o tipo de violência e sua localização, mas tem sido cada vez mais usual e frequente falar sobre violência urbana e utilizar termos como marginalização, distúrbios civis, discriminação, abuso de poder, etc. A criminalidade com recurso à violência, cada vez mais banalizada entre nós, tem adquirido proporções verdadeiramente alarmantes, fazendo do medo um estado de espírito generalizado em todo o espectro social. Embora não seja um problema exclusivo dos grandes centros urbanos, é nas cidades que presenciamos um maior incremento de práticas delituosas acentuadas. Isso pode ser causado por uma forte presença de fatores predisponentes.

Criminalidade e violência configuram-se como comportamentos inerentes à natureza humana. O que faz com que tais comportamentos assumam um caráter de patologia social, tem a ver com a sua elevada taxa de ocorrência. A repressão, por si só e isoladamente, não é eficaz no controlo e gestão do crime. Deve-se antes, atuar em conjunto com métodos preventivos e aplicar medidas de profilaxia criminal que venham a minimizar a onda crescente de violência (Monte, 2007, p. 1).

Todos os dias, através dos meios de comunicação, entram em nossas casas, relatos sobre quem sentiu a violência na pele. Indivíduos que sentem necessidade de contar, o que vivenciaram na noite passada, na sua rua, no seu bairro, que alguns locais são “*potencialmente perigosos para circular, residir ou frequentar ...*” (Esteves, 1999, p. 25).

Os deslocamentos demográficos e económicos das últimas décadas, transformaram completamente os países, fazendo das cidades e dos grandes centros urbanos o habitat dominante da humanidade. Por isso, mais que nunca, urge que os estados-membros e agências da Organização das Nações Unidas (ONU) se reúnam para fomentar um desenvolvimento urbano sustentável. As cidades do mundo, inclusive das economias emergentes, em simultâneo com o rápido esgotar dos recursos do planeta, são os condutores da economia mundial. Será que, nos dias de hoje, existe alguma forma de, nas grandes cidades, se obter um “*espaço familiar conhecido e não receado*”? (UNFPA, 2013).



Muitas são as interrogações sem resposta que todos os cidadãos, enquanto indivíduos de pleno direito, fazem diariamente sobre este fenómeno<sup>1</sup> social. Afinal o que é a Violência Urbana? Quais as causas que a geram? Vivemos num meio social seguro? São estas e outras questões que ajudam a justificar e elevar a pertinência deste trabalho.

#### **a. Justificação do estudo**

O tema é pertinente, desde logo, pelo facto de tentarmos saber como a polícia perceciona as novas plataformas ou ferramentas de comunicação e/ou mobilização grupal associadas à internet, e que podem preconizar ou incentivar atos de violência urbana. Pretende-se saber também a opinião de alguns sujeitos ligados, direta ou indiretamente, à prevenção, investigação e combate da violência urbana, sobre como monitorizar, prevenir e criminalizar este tipo de fenómenos por parte das autoridades policiais e judiciais. É verdade que a violência urbana não pode ser encarada nem caracterizada apenas pela vertente criminalista, mas tendo em conta o contexto no qual este trabalho se realiza, iremos incidir a nossa investigação apenas na vertente criminal da violência urbana.

Perante uma sociedade em constante mutação, fortemente influenciada pela globalização e pelas tecnologias de informação, pressionada por fatores económicos e sociais, como o desemprego e ausência de expectativas, temos vindo a assistir a fenómenos esporádicos de descontentamento que degeneram em violência urbana, a que não é alheia a mobilização através das redes sociais. Como se caracterizam estes fenómenos, quais os fatores que os geram, potenciam e alimentam e como é que as forças de segurança devem lidar com as redes sociais em contexto de violência urbana, na sua prevenção, contenção e combate, são algumas das interrogações que tentaremos responder no final deste trabalho.

Em Portugal, verifica-se um *“aumento da percentagem de população a viver nas áreas urbanas, tendo como consequência o aumento da pressão urbanística sobre determinadas áreas e sobre os serviços públicos e um aumento do risco de vitimação por crime”*, (Lourenço, et al., 2006, p. 29). Perante alguns acontecimentos mediáticos recentes de *violência urbana*, é de entendimento consensual, que as forças de segurança, enquanto garantes da segurança e paz públicas, deverão manter-se atualizadas para fazer frente, não apenas aos fenómenos clássicos de violência, mas também a desafios decorrentes da própria estrutura e dinâmica da sociedade, e da globalização da informação através das novas tecnologias, degenerando e promovendo a violência gratuita.

---

<sup>1</sup> A palavra fenómeno, em grego *“fainómenon”*, de *“faino”*, verbo que significa “mostrar-se”, “aparecer”, “tornar-se visível”, “revelar-se”, significa o facto de algo aparecer ou tornar-se perceptível em face do ser humano. É tudo aquilo que pode ser percebido pelo homem; é o facto da manifestação do ser na realidade mundana; é todo e qualquer acontecimento perceptível no tempo e no espaço. (Ferraz, 2001, p. 1)



A problemática das novas formas e meios de mobilização grupal, nomeadamente, o recurso às redes sociais, tendo por objetivo os mais diversos fins, desde simples encontros sociais, manifestações de orientação política, religiosa ou de carácter desportivo, passando inclusive pelos famosos “*meets*”<sup>2</sup>, situa-se ao nível dos mecanismos de prevenção e combate por parte das autoridades.

A Professora Cristina Ponte, docente do Departamento de Ciências da Comunicação da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova e Vice-presidente do novo Grupo de Trabalho “*Children, Youth and Media*” da ECREA - *European Communication Research and Education Association*, aquando do famoso “*meet*” ocorrido em 20 de agosto de 2014 no Centro Comercial Vasco da Gama, afirmou em entrevista à TSF, que estes encontros (*meets*) não são necessariamente negativos. “*É algo bastante frequente nos jovens que sentem que, estando ligados através das redes sociais, quando estão reunidos, é uma celebração da sua energia e da sua força*”, explicou, acrescentando que os desacatos são uma “*exceção*” (Baldaia, 2014).

Assim, este trabalho justifica-se pela importância, não só para as Forças de Segurança (FFSS), ditas administrativas, mas também para as autoridades criminais, judiciárias e de tutela, que meditam sobre o aparecimento destes novos meios e tecnologias de comunicação, muitas vezes sem rosto e referenciação, e que podem, de alguma forma, servir de ferramenta promocional e incentivadora da violência.

#### **b. Objeto de estudo, sua delimitação e objetivos da investigação**

Em relação ao objeto de estudo, e face à abrangência do tema, delimitamos a nossa análise às forças de segurança (PSP e GNR), compreender como estas percecionam os novos fenómenos de violência urbana perpetrados ou organizados pelas redes sociais, que medidas adotam, adotaram, ou pretendem adotar para lidar, prevenir e antecipar os efeitos da sua concretização. É nosso intento também, caracterizar estes fenómenos, compreender e analisar o conceito de violência urbana, associá-lo à mobilização através das redes sociais e à realidade dos grandes centros urbanos, nomeadamente Lisboa.

Portanto, o objetivo geral deste trabalho é analisar como a GNR e a PSP percecionam os novos meios de mobilização grupal, designadamente as redes sociais, que podem degenerar em fenómenos de violência urbana. De modo a atingir este objetivo, definimos

---

<sup>2</sup> Os *meets* são encontros realizados em espaços públicos por parte de adolescentes e jovens, no qual as redes sociais como o *facebook*, *twitter*, *Hi5*, etc, desempenham um papel preponderante. (Machado & Scalco, 2014, p. 3)



complementarmente três objetivos específicos, por forma a simplificar e facilitar o intuito deste trabalho:

- OE 1: Caracterizar os novos fenómenos de violência urbana;
- OE 2: Avaliar e interpretar a evolução da criminalidade em contexto de violência urbana;
- OE 3: Analisar o enquadramento legal sobre a temática e as limitações da atuação policial.

A pergunta de partida (PP) que se apresenta mais pertinente para o desenvolvimento do nosso trabalho e que, esperamos, permita atingir o objetivo principal desta investigação, é a seguinte: de que forma as FFSS (PSP e GNR) estão a lidar com as redes sociais no contexto de violência urbana?

No sentido de atingir os objetivos específicos, identificamos as seguintes Perguntas Derivadas (PD) e respetivas Hipóteses (H) de resposta:

PD1 – Como se caracterizam estes novos fenómenos de violência urbana?

H1 – Estes fenómenos são caracterizados pela organização e rapidez de planeamento e execução.

PD2 – A violência urbana tem aumentado devido à utilização das redes sociais?

H2 – O aumento da violência urbana está diretamente relacionado com as redes sociais.

PD3 – Qual o enquadramento legislativo aplicável à atuação das Forças de Segurança?

H3 – A atuação das forças de segurança está suficientemente regulada pelo acervo normativo e pela legislação interna.

### **c. Percurso metodológico**

Com o recurso à metodologia qualitativa das ciências sociais e humanas, apoiada na pesquisa bibliográfica, recolha e análise documental e algumas entrevistas semiestruturadas e criteriosas para verificação das hipóteses, definimos o nosso percurso metodológico.

Para a padronização e organização do trabalho em geral, apoiámo-nos nas Normas de Execução Permanente (NEP), ACA–010 e ACA–018 de setembro de 2014 e, como regras de apresentação e referência bibliográfica, utilizamos o sistema autor-data, adotando-se o estilo *Harvard-Anglia*. do IESM.

A nossa estratégia de investigação apresentará uma natureza essencialmente empírica e descritiva, assumindo uma abordagem do tipo qualitativa para poder trabalhar com valores, crenças, representações, hábitos, atitudes e opiniões que se adequam ao tema em título. Iremos utilizar o método científico Estudo de Caso, que consiste num procedimento



metodológico através do qual se procura recolher informação detalhada sobre uma única unidade de estudo, sendo a nossa unidade de estudo as forças de segurança, GNR e PSP.

Este método não tem como objetivo manipular variáveis ou estabelecer relações entre elas, mas sim, partir de um postulado como modelo de interpretação do fenómeno estudado e, gerando, através de um trabalho lógico, conceitos e indicadores que procuramos verificar (Santos & Lima, 2014, pp. 18-25). Tentaremos por isso, descrever de forma rigorosa a unidade de observação, que é o centro da atenção do investigador, ou seja, estudar as perceções da GNR e PSP relativamente à violência urbana perpetrada e/ou potenciada pelo uso das redes sociais.

#### **d. Organização do trabalho**

Com vista a uma harmonização e sequenciação da informação e conteúdos vertidos ao longo dos capítulos do trabalho, procedeu-se à articulação do corpo do mesmo (para além da introdução), da forma descrita nos pontos seguintes:

- O primeiro capítulo é inteiramente dedicado ao Estado da Arte, onde pretendemos abordar um vasto corpo de conceitos teóricos sobre o tema em estudo;
- No segundo capítulo focalizamo-nos, em concreto, nas Instituições Nacionais e respetivas estratégias de atuação e alguns indicadores estatísticos pertinentes;
- No terceiro capítulo, direcionámos a nossa atenção para o trabalho empírico, procedendo à técnica de recolha de dados não documental, através de algumas entrevistas realizadas e respetiva discussão dos resultados obtidos;
- Por fim, o quarto capítulo é dedicado às conclusões, onde pretendemos responder às perguntas formuladas e verificar se foram atingidos os objetivos propostos.



## 1. Estado da Arte

### a. Definição e caracterização de violência urbana

Para percebermos melhor a dimensão deste conceito, é necessário compreendermos a origem e o significado do termo violência e urbanismo. É cada vez mais banal falar sobre violência urbana e todos os fenómenos a ela associados: marginalização, distúrbios, pobreza, poluição, demografia sem regras, etc. Não existe um conceito único sobre violência. Segundo Valente (2009, pp. 150, 151), a violência é um objeto de estudo demasiado abrangente para ser definido de acordo com critérios científicos, sugerindo que seja utilizado o método dedutivo. A palavra, deriva do latim *violentia*, ou seja, aplicação de força. É vista de muitas formas diferentes, classificada com critérios algo confusos e rotulada consequentemente por rutura de normas.

Calloni (2007, p. 204) afirma ainda que, “*a violência é um fenómeno visceral à condição humana, cujas modalidades e intensidades são indescritíveis*”. Já para Barata (2008, p. 3), refere que “a violência é uma coação de força que pode causar danos em indivíduos ou em objetos”.

Na ótica de Cruz et al. (2011, p. 16), pode ainda caracterizar-se a violência como qualquer ato ou ação que pressuponha o “*uso intencional de força física ou poder, real ou sob a forma de ameaça, contra si próprio, outra pessoa, um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação*”.

Inevitavelmente, a violência faz parte das relações que compõem a sociedade e, consequentemente, a sua condição de “normalidade” é precisamente o fato de ser reprimida e evitada. Se é um facto universal, então teremos de assumir como ponto de partida, as singularidades e formas específicas de manifestação de cada sistema com os valores, ideologias e configurações que se combinam concretamente em situações históricas particulares. Visto dessa perspetiva, a violência é inerente às relações sociais e varia de acordo com a particularidade dessas relações em diferentes grupos e sociedades historicamente consideradas (Gullo, 1998, pp. 105, 106).

Já identificamos e definimos o conceito de violência. Agora, para chegar ao conceito conjugado de *violência urbana*, precisamos entender também o significado de urbanismo. Nascido da urbe, da influência dos grandes centros populacionais sobre os habitantes e da população migratória, que trocou o campo pela cidade, o urbanismo é onde podemos encontrar um território social muito mais abrangente e aberto à comunidade (Barata, 2008, pp. 3, 4). O Relatório Anual de Segurança Interna (RASI) identifica as zonas urbanas como





sendo os locais privilegiados para o surgimento de situações de confronto e resistência às autoridades e de criminalidade, associada a grupos dali originários com uma crescente capacidade organizativa (Gabinete do Secretário-Geral, 2014, p. 11).

O crescimento das urbes e das suas áreas metropolitanas deve-se, por um lado, ao crescimento natural resultante da população residente e, principalmente, à migração de pessoas das áreas rurais ou de países estrangeiros para as cidades, esperando atingir um nível de vida mais elevado, através de melhores remunerações e acesso a uma série de infraestruturas, bens e serviços não disponíveis nos seus anteriores locais de residência. Atualmente, devido às desordens urbanas, físicas e sociais, comumente designadas por incivildades, temos assistido a um incremento da precariedade das condições de vida urbana nas cidades. Poder-se-á inferir que será absolutamente inevitável construir, não apenas *mais* cidade, mas antes uma *melhor* cidade (Fortuna, 2002, p. 123).

### **(1) Caracterização da violência urbana**

Não se vislumbra tarefa fácil encontrar uma definição de violência urbana que seja unânime. Por um lado, é considerado um fenómeno social, situação de marginalidade e desigualdades de alguns segmentos da sociedade, que conduz a comportamentos desviantes, os quais constituem grandes preocupações, por outro, é o próprio conceito urbano que acaba por dar aso a esta fragmentação social. A própria cidade é considerada como espaço capaz de gerar por si mesmo a violência (Esteves, 1999, p. 44).

Segundo Esteves (1999, p. 29), algumas das características dos meios urbanos, como dimensão, densidade e heterogeneidade da sua população, influenciam a prática de atos delituosos, pois determinam as formas de controlo social e consequentemente as oportunidades para a execução de determinados crimes.

A violência urbana, como já referido, é extremamente abrangente, acolhendo situações de violência doméstica, de violência contra o património, de violência verbal, de poluição, entre outros. Entre os crimes contra as pessoas, o homicídio, as ofensas corporais graves e simples, as injúrias, as ameaças, os raptos e sequestros ou as violações, são os que apresentam maior relevância. Nos crimes contra o património, são os furtos e roubos a pessoas e da propriedade, a burla e a fraude, aqueles que assumem maior destaque. Já nos crimes contra a vida em sociedade, o realce vai para o tráfico e o consumo de drogas, e entre os crimes contra o Estado destaca-se a desobediência e coação do funcionário (Esteves, 1999, p. 27).

A violência urbana é entendida como um fenómeno social inerente a qualquer sociedade. A sua forma de manifestação reflete o tipo de sociedade, mostra o seu



verdadeiro significado e depende de estímulos dessa mesma sociedade (Gullo, 1998, p. 106).

A conceção comum de violência urbana encontra-se assim, subdividida em três pontos: a diferença cultural, a diferença racial e a marginalidade social. Portanto, do ponto de vista sociológico, a proliferação e evolução deste contexto será inevitável no futuro (Esteves, 1999, p. 94).

## **(2) Fatores determinantes**

A problemática violência urbana surge através dos valores sociais, culturais, económicos, políticos e morais de cada sociedade. A influência da família, o local onde residem, a educação familiar, as habilitações literárias ou formação académica que possuem, a qualificação profissional, os meios económicos, meios culturais e até a própria raça, são alguns dos fatores apontados para alimentar este fenómeno (Barata, 2008, p. 7).

O comportamento e o ambiente familiar exercem grandes influências na maneira de ser de um indivíduo, podendo determinar o seu comportamento a curto, médio e longo prazo (Esteves, 1999, p. 28).

A vulnerabilidade dos jovens de hoje aos valores construídos pela sociedade, os assaltos socializantes e as distinções sociais reconhecidas pelos próprios, contribuem de forma compartilhada para os conflitos interpessoais, acabando por transformá-los num dos fatores determinantes para o incremento deste acontecimento social, que é a violência urbana. Além da idade, também o sexo do indivíduo constitui um fator e desempenha uma causalidade no meio da violência urbana. Normalmente e perante o facilitismo alargado que os pais dão mais aos rapazes que às raparigas, são os jovens do sexo masculino que se dedicam a esta inibição de criminalidade revelando, desde muito cedo, tendências para as práticas delinquentes (Barata, 2008, p. 8).

A globalização da economia e o desenvolvimento científico e tecnológico, as transformações estruturais dos setores produtivos com a terciarização da economia e a diminuição da população ativa na indústria e particularmente na agricultura e o consequente e acentuado êxodo rural, são fatores estruturais associados à urbanização (Lourenço, 2013, p. 9).

## **(3) O medo e a insegurança**

A marginalização existente nas zonas urbanizadas, o medo e a insegurança passaram a fazer parte do dia-a-dia das pessoas que, durante décadas, habitaram nas grandes cidades, e o estado, a economia, a política e as instituições, não conseguem fazer face a esta problemática. A exclusão social e a forte vitalidade do sistema social encontram-se na



vertical desta extensão realista. Se por um lado o controlo do medo pactua com as desordens no ambiente social comunitário, por outro, a padronização das sociedades, ditas seguras, resultam numa segregação residencial metodológica. Num campo com tantas ambivalências a respeito da violência urbana, é normal a população urbana manifestar sentimentos plurais de medo como forma contextualizada de descrédito face à segurança social e justiça pública. *“Isto (a violência) não vai parar. São os sinais de pequenas granadas de mão a estoirar até que haja uma grande explosão como a que aconteceu em Paris”*, advertiu Francisco Moita Flores, em entrevista ao Diário Económico, acerca do tiroteio na Quinta da Fonte (2008, cit. por Barata, 2008, p. 9).

Estes acontecimentos mostraram o lado mais negro das grandes cidades que foram evoluindo sem qualquer preocupação com o planeamento urbano e que descaram as políticas de integração social. O mais característico desta representação social materializa a inversão das noções de justiça e de cidadania que cada indivíduo deve apresentar. A hierarquização generalizada de violência urbana pode caracterizar oposições vivenciadas por cada classe ideologicamente representada. Na sociedade da informação, o que separa os não-normais dos anormais é a densidade da informação disponível (Barata, 2008, p. 10).

Em Lisboa, alguns bairros são urbanizados e querem urbanidade, outros porém, não estão tão civilizados e sofrem do medo que se contrai nos seus habitantes, que por sua vez o tentam disfarçar com atitudes agressivas. É nestes bairros que a polícia sente mais dificuldade em atuar, sendo recebida, e percebida, como uma ameaça e, portanto, é criado um ambiente permissivo a um maior número de vítimas alvo de violência mais rústica e mais agreste. A própria interiorização de cada sociedade contribui inevitavelmente para a desconfiança e participação da autoridade (Dores, 2004, cit. por Barata, 2008, p. 10).

#### **(4) A tese de violência urbana**

A segregação social e espacial produz vários estigmas sociais, acentuando a associação de determinados lugares, particularmente os bairros sociais e os bairros degradados, a determinados grupos sociais considerados “perigosos” e protagonistas de atos violentos. Constituindo-se como um “mosaico de mundos sociais”, as cidades dos nossos dias são o produto e o reflexo das sociedades que as fizeram nascer e evoluir. A emergência de problemas sociais com uma forte componente racial (*“ghetto riots”*), na década de 60, sobretudo nos Estados Unidos, marca o início da crise urbana (Park, 1915, p. 608).

Numa sociedade em que se agudizam as disparidades sociais, facilmente se erguem barreiras entre os que têm uma casa e um emprego, e aqueles se encontram em situação de



extrema pobreza. Sedimentam-se, desta forma, as desigualdades sociais e a exclusão social, com todas as consequências daí decorrentes no acentuar da tensão social e no agudizar da crise urbana, particularmente no que se refere à violência urbana.

O aumento da criminalidade urbana é entendido como o maior contributo para a doença social emergente nas cidades a partir da segunda metade do século passado. A este respeito, Park (1915, p. 595), referia que existia uma forte relação entre criminalidade e crescimento urbano, pois as características específicas do meio urbano influenciam o crescimento da delinquência e da criminalidade.

O anonimato característico da cultura urbana reduz, por um lado, a possibilidade de identificação do autor de um crime e, por outro, cria fortes expectativas de impunidade e de pronto encobrimento pela multidão, abrindo dessa forma, caminho à prática de atos criminosos e à consequente agudização da violência urbana (Pestana, 1988, p. 431).

A noção de violência urbana refere-se, assim, a um vasto conjunto de atos de tipificação difícil, porque frequentemente sobrepostos, apelando a uma leitura holística para a compreensão da sua origem e motivação e essencial à definição de políticas de intervenção.

Na definição de violência urbana, estão incluídas ações ou comportamentos com graduação penal diferenciada. Quando algumas dessas ações, designadas de incivilidades, não constam no catálogo legislativo e atingem determinados patamares, podem colocar em causa a segurança e a qualidade de vida dos cidadãos e alimentar o sentimento de insegurança. Pode considerar-se, portanto, entre outros, o crime de furto por esticão, a mendicidade agressiva, a grafitação desenfreada ou o furto de viaturas, utilizadas depois para corridas ilegais noturnas e que podem acabar em atos de violência criminal, como exemplos de violência urbana. Foram alguns destes atos que, em 2009, na sequência de conflitos entre grupos de jovens ou entre estes e a polícia, nas ruas de várias cidades francesas, levaram à destruição, por incineração, cerca de 35 mil viaturas (Lourenço, 2010, p. 5).

Os vários sinais de rutura física e social dos grandes centros urbanos, como as janelas partidas, o lixo por recolher, os *graffiti*, os edifícios degradados ou abandonados, a iluminação pública deficiente, inspiram receio na população, ao mesmo tempo que traduzem a impotência das autoridades e mecanismos de controlo. Estes sinais, de natureza material ou social, crónicos ou ocasionais, considerados muitas vezes como imprevisíveis, são sentidos como ameaça e encontram-se distribuídos no espaço de forma distinta, sugerindo ao mesmo tempo que as normas sociais não são observadas, podendo, por isso,



ser identificados como fatores geradores de insegurança que contribuem para representar um lugar como sendo perigoso (Fernandes & Rêgo, 2011, pp. 172, 173).

**b. Novas tecnologias: vetores potenciadores da violência**

Uma rede social (não informática) representa um conjunto de participantes autônomos, unindo ideias e recursos em torno de valores e interesses compartilhados, pressupondo sempre uma aglomeração de pessoas, ou seja, são fenômenos coletivos onde a sua própria dinâmica implica um relacionamento entre grupos, pessoas, organizações ou comunidades, denominados atores. Possibilitam diversos tipos de relações – de trabalho, de estudo, de amizade, entre outras –, apesar de quase sempre passarem despercebidas. (Recuero, 2009, p. 24)

Atualmente, a mais generalista e famosa rede social é o *facebook*, criada no ano de 2004, onde os utilizadores interagem através de um conjunto de ferramentas e aplicações que permitem comunicar e partilhar informação *online*. (boyd & Ellison, 2007, pp. 214, 219)

As redes sociais na internet são constituídas por representações de atores sociais ou por construções identitárias do ciberespaço e das suas conexões (amigos ou seguidores). Essas representações são, geralmente, individualizadas e personalizadas. Essas conexões, por outro lado, são os elementos que vão criar a estrutura na qual as representações formam as redes sociais, como por exemplo um *weblog*, *twitter* ou mesmo por um perfil no *Orkut*, *MySpace*, *Hi5* ou, mais recentemente, o *facebook*. (Recuero, 2009, p. 25)

Em sistemas onde apenas é possível o acesso a usuários identificados por um perfil, e cujo *login* implica a utilização de uma senha ou código, que vincula automaticamente o ator a esse perfil, toda e qualquer interação é sempre vinculada a alguém. Para tentar fugir dessa identificação, muitos usuários optam por criar perfis falsos e utilizá-los para outras interações nas quais não desejam ser reconhecidos. (Recuero, 2009, p. 28) No entanto, determinados atores utilizam palavras, *nicknames*<sup>3</sup> e termos característicos, que expressam de alguma forma, aspetos e personalidades próprias do ator ou com a intenção de construir uma outra identidade em *chats*<sup>4</sup>. (Recuero, 2009, p. 29)

Com estas novas tecnologias de informação e comunicação, foram muitas as transformações que afetaram diretamente a forma como se convive em sociedade e a própria socialização da vida privada. O suposto anonimato, patrocinado pela internet e muito por conta da inexperiência ou da ignorância com as novas tecnologias, continua a

---

<sup>3</sup> Nome de utilizador

<sup>4</sup> Sítios de conversação



fazer-nos viver em constante tensão, não apenas devido às vulnerabilidades da rede, suscetível de permitir a fraude, o roubo de informações e de dados, mas também em relação a ser uma vítima de difamação ou de comentários injuriosos. (Barbai, 2013, p. 1)

A internet pode funcionar como canal material e espacial das práticas criminosas e, nesse sentido, o sujeito, num determinado período de tempo, ocupa concomitantemente dois espaços distintos: o espaço físico concreto-material e o espaço digital. (Barbai, 2013, p. 56)

Se há alguns anos atrás era costume pedir autorização aos editores dos jornais e revistas para publicar uma determinada notícia, hoje já não é tanto assim, já que os editores deixaram de ser a “barreira entre textos públicos e privados”. Segundo o *Reuters Institute Digital News Report 2013*, 51% dos brasileiros que residem nas zonas urbanas, usam as redes sociais como fonte de informação, concluindo que as redes sociais já se apresentam como sendo um dos cinco principais meios de informação para 60% da amostra inquirida. (Sousa, 2013, pp. 71-72)

Estes tempos, nos quais se vive a era das tecnologias de informação, não fazer parte desta rede digital poderá significar estar fora das novas relações sócio-tecnológicas, das quais a sociedade se constitui e nutre atualmente. Os movimentos da sociedade ou na sociedade são inevitáveis e fazem parte da materialidade, do real da história social, enquanto os movimentos sociais, são organizações que se formam, em certos momentos, visando certos objetivos, bem determinados na sociedade e na história. (Dias, 2011, p. 35)

As redes sociais contribuem também para a personalização que tem um funcionamento ainda mais homogeneizado que a universalização, pois não se toma o *um* pelo *todo* mas sim o *todo* (informações acessíveis e consultadas) pelo *um*, no qual esse conjunto de informações acessíveis e consultadas constitui o universo do saber personalizado, com o qual um determinado sujeito será identificado e reconhecido como sendo o X ou o Y. Pode-se dizer que a generalização do acesso e a personalização da internet constituem a ideologia de um mundo sem soberania e sem fronteiras, produzindo no indivíduo uma certa evidência da liberdade, de estar livre das coerções. (Dias, 2011, p. 38)

Operando normalmente em redes de relacionamentos, redes profissionais, como o *Linkedin*, redes comunitárias (redes sociais em bairros ou cidades), redes políticas, etc., as redes sociais, permitem, de forma simples mas global, analisar a forma como as organizações desenvolvem a sua atividade, como os indivíduos conseguem alcançar os



próprios objetivos ou medir o seu capital social, ou seja, o valor que os indivíduos obtêm da mesma rede social. (Capra, 2008, pp. 21-23)

De acordo com os dados apurados no *Bareme Internet 2014* da Marktest, verifica-se que 5,5 milhões de portugueses utilizam a Internet a partir de computadores pessoais, o que representa um valor a rondar os 64% do universo dos portugueses com 15 ou mais anos e residentes no continente, aumentando o número de utilizadores em cerca de 10 vezes desde 1997. (Marktest, 2014) Da análise desses dados, constatamos ainda, que existe, hoje, um progressivo número de redes sociais em que a população portuguesa participa, refletindo a ideia que as redes sociais são hoje, e serão no futuro, dos *sites* com maior penetração em Portugal, e aqueles aos quais os portugueses dedicam mais horas de navegação (Marktest, 2014).

Não sabemos o futuro da sociedade, mas em relação ao futuro da comunicação, este sem dúvida que estará nas redes sociais.

### **(1) Análise da informação nas redes sociais**

Deduzimos, que será do conhecimento geral que o ciberespaço constitui uma plataforma de excelência para a transmissão de inteligência informacional entre vários atores de índole delituosa e subversiva. (Santos, 2013, p. 1)

O recente aumento de popularidade das redes sociais veio trazer novas funcionalidades e aplicações. Os utilizadores contribuem com as suas opiniões e conhecimentos, formando um repositório de informação de grandes proporções. Esta informação é cada vez mais utilizada por empresas, que veem nas redes sociais uma forma de promover os seus produtos junto do público ou analisar de que forma os mesmos são considerados. (Teixeira & Azevedo, 2011, p. 53)

A mobilização da sociedade civil através das redes sociais constitui-se como estratégia atual de aglomeração das massas impulsionada por indivíduos que utilizam os meios de comunicação digital para se manifestar publicamente. (Castells, 2012, p. 20) Segundo o mesmo autor, esses meios de comunicação desempenham papel fundamental no exercício do contrapoder, pois “oferecem a possibilidade de operar e coordenar as ações de forma amplamente desimpedida”. (2012, p. 22)

Um indivíduo, por si só, pode liderar e influenciar de forma decisiva este meio. Nesse contexto, os episódios ocorridos no Brasil, no mundo árabe (Tunísia e Egito), na Espanha e nos Estados Unidos, são alguns exemplos da capacidade de mobilização através destas novas ferramentas tecnológicas e que têm em comum a emergência da resistência ao poder, construído normalmente em torno do Estado. Além disso, apesar de se





diferenciarem nos motivos, coincidem no facto de “ignorar partidos políticos, desconfiarem da imprensa, não reconhecerem nenhuma liderança e rejeitarem toda organização formal”. (Castells, 2012, pp. 20-21)

### **c. Legislação existente e aplicável**

Nas últimas duas décadas, a Internet em particular e o ciberespaço em geral, tiveram um enorme impacto em todos os setores da sociedade. A vida diária, os direitos fundamentais, as interações sociais e as economias passaram a depender da fluidez do funcionamento destas novas tecnologias de informação e das comunicações. A liberdade, o anonimato e a assunção de impunidade daqueles que apenas pretendem utilizar o ciberespaço para atividades maliciosas e abusivas, tem um preço, que é a insegurança.

Nos dias atuais, praticamente qualquer dispositivo eletrónico tem a possibilidade de se conectar à internet através de uma rede sem fio, e para aproveitar essa facilidade é comum que os usuários instalem nas próprias residências (ou noutros locais) equipamentos que permitam a partilha de ligações ou conexões, e como os *Internet Protocol address* (IP) são atribuídos aos dispositivos e não aos utilizadores, torna-se difícil, perante um ilícito perpetrado pelas redes sociais, estabelecer uma relação ou ligação com o autor. (Paganelli, 2013, p. 25)

É essencial, portanto, aplicar-se ao mundo virtual as mesmas normas, princípios e valores que os Estados e instituições internacionais defendem para o mundo físico.

#### **(1) A nível Nacional**

Uma das conclusões extraídas da conferência “Ciberdefesa, a perspetiva do Reino Unido”, que teve lugar no IDN em março de 2013, indicava que, ao nível internacional e respeitante à prevenção e combate contra o Cibercrime, toda a componente legislativa deveria ser simplificada e promover a agilização investigatória e processual, que deve ser levada a cabo pelas diversas instituições de controlo social (autoridades judiciárias, Forças de Segurança, etc). (IDN, 2013)

Atualmente existem, essencialmente, 3 atores ligados ao ataque nas infraestruturas críticas: *Hackers*, *Hactivistas* (ex: *Anonymous*, etc) e *Hackers* profissionais. Na sede da Portugal Telecom (PT) encontra-se implementado um *Security Operation Center* (SOC) com capacidade de, através de sistemas do tipo *Security Information and Event Management* (SIEM), monitorizar o Ciberespaço (ações de *streaming* e de *datamining* de dados no ciberespaço – Redes Sociais, *Internet Relay Chat* (IRC), etc), levar a cabo ações e operações de “*Datamining*” a um enorme manancial de informação, podendo constituir um valioso histórico de





cibereventos e permitir o correlacionamento de informação no sentido de prever ataques. (Santos, 2013, p. 3)

É, por isso, fundamental garantir a resiliência dos sistemas de informação, nomeadamente aqueles proporcionados pelas novas tecnologias, e isso depende fundamentalmente de uma responsabilidade partilhada entre os diversos atores com obrigações ao nível da segurança. Ao nível da proteção de infraestruturas críticas, uma das medidas mais eficientes para garantir essa segurança poderá passar por monitorizar as ações dos adversários ou eventuais patrocinadores da violência numa determinada sociedade.

O crime organizado atua cada vez mais no ciberespaço, onde existem lacunas legais, principalmente ao nível processual, sendo necessário que o edifício legislativo promova a agilização das tarefas de atuação policial. À escala regional e global, a cooperação entre as várias estruturas de controlo formal e judicial, é cada vez mais determinante para prevenir e/ou fazer cessar este flagelo. A prevenção e a consciencialização de organizações e de pessoas é fundamental. Atualmente o cibercriminoso tem maiores ferramentas e mais “*expertise*” à sua disposição, sendo necessário que a investigação policial seja cada vez mais eficiente e bem preparada na recolha da prova digital e na antecipação de atos delituosos. (Santos, 2013, pp. 3-4)

É muito difícil monitorizar e interferir nas redes sociais sem conflitar com o direito à privacidade, o acesso e utilização abusiva de informações e dados pessoais. O artigo 35º da Constituição da República Portuguesa (CRP) no seu articulado inclui um conjunto de aspetos que se referem ao tratamento automatizado, transmissão e utilização dos dados pessoais informatizados, e garante a sua proteção, designadamente através de uma entidade administrativa independente, a Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd). Este artigo 35º, complementado pela Lei da Proteção de Dados Pessoais (Lei n.º 67 de 26 de outubro de 1998), estabelece os aspetos legais que todos devem respeitar, tendo aqui os engenheiros informáticos um papel crucial pelo facto de terem de conceber e gerir as plataformas informáticas onde os dados são armazenados.

Em termos legais, segundo vários acórdãos relativos à utilização da internet, em particular das redes sociais, tendo em conta que, através de um amigo (ou conexão), a publicação de um conteúdo pode tornar-se acessível aos amigos deste e, além de poder ser copiado para papel e exportado para outros sítios na internet ou para correios eletrónicos privados, pode manter-se *online* por um período indeterminado de tempo,



no mural de uma determinada rede social. Segundo o Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa (2014, p. V) sobre justa causa de despedimento por difamação no *facebook*, é entendimento pacífico da jurisprudência que, a tutela legal e constitucional da confidencialidade das mensagens pessoais, veda a possibilidade de procurar obter provas para instrução de processos disciplinares através do acesso às mensagens pessoais.

O mesmo acórdão refere ainda que, as provas obtidas em violação daquele direito de confidencialidade são nulas e, logo, insuscetíveis de serem atendidas em sede judicial. A violação desse direito fica sem efeito, e a informação divulgada é considerada pública quando alguém, além de disponibilizar a mensagem aos “amigos”, apela à sua divulgação e partilha pelos amigos dos amigos, afastando dessa forma o carácter privado das publicações (Tribunal da Relação de Lisboa, 2014) . Os direitos fundamentais em questão traduzem-se na liberdade de expressão e opinião previsto no art.º 37º e o direito à inviolabilidade da correspondência previsto no art.º 34º, ambos da CRP.

Ora, segundo este mesmo acórdão, enquanto as mensagens que circulam nas redes sociais não forem disponibilizadas publicamente, são consideradas privadas, e se não for obtido consentimento para as consultar, são equiparadas a correspondência, e por isso invioláveis (Homem, et al., 2014, p. 306). Como iremos concluir mais adiante, este desiderato dificulta uma monitorização eficaz, das redes sociais por parte das polícias.

#### (a) Apologia da violência

Algumas redes sociais têm sido utilizadas como espaço de comentários para ofender e apelar à violência contra outrem, para defender ideologias racistas ou xenófobas e inclusive como um meio privilegiado de recrutamento para grupos radicais islâmicos ou terroristas. A apologia da violência compreende todo o conteúdo que, de alguma forma, promova a prática de um crime, seja por incitamento direto ou por aprovação ou aplauso de outro crime já cometido. Neste contexto incluem-se os conteúdos relacionados com a propaganda terrorista. A incitação à violência em Portugal está criminalizada no sistema penal português sob a forma prevista nos artigos 297º (Instigação pública a um crime), 298º (Apologia pública de um crime) e 299º (Associação criminosa) do Código Penal (Decreto-Lei n.º 48/95, de 15 de março):

- Artigo 297.º Instigação pública a um crime - *Quem, em reunião pública, através de meio de comunicação social, por divulgação de escrito ou outro meio de*

*reprodução técnica, provocar ou incitar à prática de um crime determinado é punido com pena de prisão até 3 anos ou com pena de multa, se pena mais grave lhe não couber por força de outra disposição legal. (...);*

- Artigo 298.º Apologia pública de um crime - *Quem, em reunião pública, através de meio de comunicação social, por divulgação de escrito ou outro meio de reprodução técnica, recompensar ou louvar outra pessoa por ter praticado um crime, de forma adequada a criar perigo da prática de outro crime da mesma espécie, é punido com pena de prisão até 6 meses ou com pena de multa até 60 dias, se pena mais grave lhe não couber por força de outra disposição legal. (...);*
- Artigo 299.º Associação criminosa - *Quem promover ou fundar grupo, organização ou associação cuja finalidade ou atividade seja dirigida à prática de um ou mais crimes é punido com pena de prisão de um a cinco anos. (...).*

Considera-se que existe grupo, organização ou associação quando esteja em causa um conjunto de, pelo menos, três pessoas, atuando concertadamente durante um certo período de tempo. (Assembleia da República, 1995)

A criminalidade informática, não sendo concetualmente nem objetivamente alvo do nosso trabalho e cuja competência reservada para investigação, nos termos da Lei de Organização da Investigação Criminal (Lei n.º 49/2008 de 27 de agosto) cabe, em grande parte, à Polícia Judiciária (PJ), encerra em si duas grandes áreas de intervenção policial: o crime informático propriamente dito, previsto e punido na Lei do Cibercrime (Lei n.º 109/2009 de 15 de setembro) e o conjunto de crimes que têm vindo a ser praticados com recurso a meios informáticos como os abusos sexuais ou os mais diversos tipos de burlas com recurso à internet. (Gabinete do Secretário-Geral, 2014, p. 114)

## **(2) A nível Internacional**

Em 23 de novembro de 2001, o Conselho da Europa adotou em Budapeste a chamada Convenção sobre o Cibercrime, aprovada pela Resolução da Assembleia da República n.º 88/2009, onde são destacados três pontos principais: a ligação das tecnologias da informação a todos os aspetos da atividade humana; a necessidade de medidas técnicas de proteção aos sistemas informáticos relacionados a medidas jurídicas de prevenção e dissuasão da delinquência; e a necessidade de se respeitar os direitos do homem na nova era da informação.

Da leitura da referida Convenção, depreendem-se alguns dos motivos que conduzem a ilícitos criminais ou à sua preparação, designadamente (Barbai, 2013, p. 49):

- a convicção da necessidade de prosseguir, com caráter prioritário, uma política criminal comum, com o objetivo de proteger a sociedade contra a criminalidade no ciberespaço, designadamente, através da adoção de legislação adequada e da melhoria da cooperação internacional;
- a preocupação com o risco de que as redes informáticas e a informação, sejam utilizadas para cometer infrações criminais e que a prova dessas infrações sejam armazenadas e transmitidas através dessas redes;
- o reconhecimento da necessidade de cooperação entre os Estados e a indústria privada no combate à cibercriminalidade, bem como a necessidade de proteger os interesses legítimos ligados ao uso e desenvolvimento das tecnologias da informação;
- a convicção de que a presente Convenção é necessária para impedir os atos praticados contra a confidencialidade, integridade e disponibilidade dos sistemas, de redes e dados informáticos, bem como a sua utilização fraudulenta, assegurando a incriminação desses comportamentos tal como descritos na presente Convenção, e da adoção de poderes suficientes para combater eficazmente essas infrações, facilitando a deteção, a investigação e o procedimento criminal relativamente às referidas infrações, tanto ao nível nacional como internacional, e estabelecer disposições materiais com vista a uma cooperação internacional rápida e fiável.

Ao nível da União Europeia (UE) existe uma grande preocupação relativa ao uso e segurança dos dados pessoais, preocupação essa manifestada na Diretiva de Proteção de Dados ou, como é mais conhecida, na Diretiva 95/46/CE.

Sabendo que a liberdade e prosperidade dependem cada vez mais de uma Internet robusta e inovadora, para a UE, a estratégia passa por proteger não só os direitos e liberdades fundamentais consagrados na Carta dos Direitos Fundamentais da UE, mas também a democracia e o Estado de direito contra incidentes, atividades maliciosas e utilização abusiva dos dados e informações pessoais dos cidadãos da UE no ciberespaço. (Comissão Europeia, 2013, p. 2)



A UE definiu em 7 de fevereiro de 2013 uma Estratégia de Cibersegurança Europeia, para a qual a GNR, através de Santos (2014), teve a intenção de propor 6 eixos de atuação: Combate ao Crime, Normalização e Certificação, Proteção de Infraestruturas Críticas, Formação e Consciencialização, Alerta e Resposta a Incidentes e Investigação e Desenvolvimento. (Santos, 2014, p. 2)

No Brasil, por exemplo, as práticas delituosas e criminosas patrocinadas pela internet, nomeadamente através do recurso às redes sociais, também são passíveis de punição. Normalmente é aplicado o Código Penal ou o Código de Defesa do Consumidor para punir os atos criminosos ocorridos na/ou através da internet. (Atheniense, 2004, p. 1)

O Código Penal brasileiro pune, com pena de prisão de três a seis meses ou multa, qualquer tipo de apologia a ato criminoso ou a autor de crime. Trata-se de um delito contra a paz pública que pode ser cometido por qualquer pessoa responsável e que, como resultado passivo, está a própria coletividade. O facto considera-se consumado no momento em que o autor publica ou faz a apologia ao ato criminoso e esse facto é expresse e explícito, não sendo admitida, no Brasil, a presunção do acontecimento. Nos casos em que o facto envolve menores de 18 anos, os pais são responsabilizados pela infração (Atheniense, 2004, p. 2).

Com os constantes avanços da internet e a sua evidente dependência na vida das pessoas, nota-se, paralelamente, um crescimento dos crimes cibernéticos no Brasil, em especial, dos crimes contra o património. O crime de furto digital é, provavelmente, o mais registado, consistindo na manipulação de dados, senhas e outras informações que permitam obter algumas vantagens financeiras através de depósitos bancários ou manipulação de contas (Filho, 2015, p. 4). Existem ainda, o crime de burla e de fraude, cujo objetivo visa, permitir aos prevaricadores, induzir as vítimas em erro e assim, fazer com que as mesmas, voluntariamente, lhes entreguem os bens patrimoniais sem que se apercebam disso. Muitas vezes, os agentes prevaricadores conseguem extrair vantagens ilícitas com consentimento da própria vítima através das chamadas fraudes eletrónicas, utilizando os dados das próprias redes sociais e assim poderem clonar *sites*, terem acesso indevido ao correio eletrónico ou através de meios ardilosos recorrendo a vírus ou *trojans*<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup> *Trojan horse* ou cavalo de Troia, no sentido tecnológico, refere-se a um programa de *software* que contem um código informático malicioso. O nome, Cavalo de Troia, tem a sua origem nas táticas militares utilizadas na Guerra de Troia, na qual, os gregos ofereceram um cavalo de madeira, de presente, à cidade de



Também o crime de Dano<sup>6</sup>, nomeadamente quando visa a destruição dos equipamentos informáticos, o *software*, os dados ou informações contidas no computador, e que possuam valor considerável, científico ou com significado importante para o desenvolvimento tecnológico ou económico, pode ser um aliciante pela disputa e domínio do monopólio tecnológico. (Filho, 2015, p. 5)

Segundo um estudo realizado no Brasil pelo Instituto Datafolha em 2013, as redes sociais têm atualmente mais prestígio e influência que os próprios políticos e as instituições. Cerca de 72% dos inquiridos dizem que as redes sociais têm muita influência na sociedade.

Baseado nestes resultados e pelo facto da Constituição Federal Brasileira referir no seu artigo 5º alínea IV, que “é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;” poderíamos, por isso, inferir que os apelos à violência no Brasil terão rosto, podendo as suas mensagens e respetivos efeitos ser facilmente controladas, e os seus autores sujeitos às respetivas responsabilidades. Nada de mais errado, no ciberespaço, em particular nas redes sociais, é possível postar informações ou publicações ofensivas, contra algo ou alguém, sem revelar a sua verdadeira identidade, bastando para isso construir uma identidade livre de condicionamentos e com perfil falso. O facto de obrigar legalmente ou limitar a possibilidade do anonimato violaria um dos princípios base da própria internet – ser um espaço de liberdade total. (Cavalcanti, 2015, pp. 2, 6)

---

Troia com soldados escondidos no seu interior para assim poder conquistar a cidade a partir do interior. (Reyes, et al., 2007, p. 78)

<sup>6</sup> No Brasil, é aplicável o art.º 163 do Código Penal, em Portugal está previsto no art.º 212º do CP



## **2. Enquadramento ao nível da Segurança Interna e Instituições responsáveis**

A polícia em Portugal, como manifestação de poder material, apresenta-se como uma das autoridades de coadjuvação do poder judicial. Muitas vezes surge a interrogação sobre a legitimidade da prossecução de certos atos pré-processuais e processuais criminais realizados pela polícia em sentido judiciário face à própria Constituição, em especial quanto às garantias do processo criminal, consagradas em vários preceitos constitucionais. (Valente, 2014, p. 127)

São diversos os acontecimentos ocorridos pelo mundo inteiro onde, a violência degenerada, surge depois de manifestações, reuniões ou encontros de amigos, que são organizados e mobilizados com recurso às novas tecnologias, principalmente através das redes sociais. É às polícias, através da sua função de prevenção, que está reservada a responsabilidade de evitar que os desideratos da legalidade democrática, dos direitos dos cidadãos e da segurança interna sejam lesados ou colocados em perigo de lesão por condutas humanas negativas. (Valente, 2014, p. 133)

Neste capítulo iremos abordar a criminalidade em Portugal, em particular na zona de Lisboa, caracterizar o sistema policial português, caracterizar algumas instituições com responsabilidades na matéria, designadamente o Centro Nacional de Cibersegurança (CNC) e as FFSS diretamente envolvidas, GNR e PSP, referir também as principais linhas estratégicas nacionais no âmbito da cibersegurança e cibercrime, e as limitações legais em termos de prevenção, atuação e investigação policial, e ainda algumas das situações de mobilização coletiva ocorridas em Portugal. Tentaremos, ainda, interpretar comparativamente, algumas situações ocorridas a nível internacional, analisando a forma como as autoridades atuam ou atuaram.

### **a. Criminalidade Geral**

Em 2013, o número de crimes registados na Direção-Geral da Política de Justiça (DGPJ), do MJ, relativos a Portugal, pela Polícia Judiciária, Polícia de Segurança Pública e Guarda Nacional Republicana, foi de 368.452. Para além dos três órgãos de polícia criminal referidos anteriormente, foram ainda registados 7.884 crimes pelas restantes autoridades policiais. No total de 376.336 crimes registados, destacaram-se os crimes contra o património que representaram cerca de 53,7% do total (202.014 crimes), seguidos pelos crimes contra as pessoas que corresponderam a cerca de 22,4% do total (84.253 crimes) (DGPJ, 2014, p. 1).

A área da Grande Lisboa<sup>7</sup>, unidade territorial onde ocorreu o fenómeno mais divulgado e mediatizado pela comunicação social, o *meet* do Centro Comercial Vasco da Gama, e que será alvo de análise do nosso trabalho, segundo últimos dados da Base de Dados Portugal Contemporâneo (PORDATA) tem uma população de aproximadamente 2.031.170 milhões de habitantes e uma superfície de 1.390,0 km<sup>2</sup> (PORDATA, 2009).

Quanto aos crimes registados pelas polícias, observando a tabela infra, mesmo sem o conhecimento da tipologia de crimes de 2013 e 2014, constata-se que a criminalidade nos últimos anos, na região da Grande Lisboa, tem vindo a diminuir, quer no número total quer por tipo de crime.

**Tabela n.º 1 - Crimes registados pelas polícias na Grande Lisboa**

Fonte: (PORDATA, 2009)

| 2009    |        |        |        |       |       | 2010    |        |        |        |       |       |
|---------|--------|--------|--------|-------|-------|---------|--------|--------|--------|-------|-------|
| Total   | CP     | CPat   | CVS    | CE    | CICIP | Total   | CP     | CPat   | CVS    | CE    | CICIP |
| 101 840 | 18.748 | 61.712 | 10.374 | 1.401 | 9     | 100 220 | 18.975 | 58.561 | 10.349 | 1.572 |       |

| 2011   |        |        |       |       |       | 2012   |        |        |        |       |       |
|--------|--------|--------|-------|-------|-------|--------|--------|--------|--------|-------|-------|
| Total  | CP     | CPat   | CVS   | CE    | CICIP | Total  | CP     | CPat   | CVS    | CE    | CICIP |
| 98 417 | 17.450 | 60.325 | 8.718 | 1.697 |       | 94 369 | 16.077 | 56.825 | 11.025 | 1.962 | 3     |

Fonte: (Gabinete do Secretário-Geral, 2014, p. 24)

| 2013   |    |      |     |    |       | 2014   |    |      |     |    |       |
|--------|----|------|-----|----|-------|--------|----|------|-----|----|-------|
| Total  | CP | CPat | CVS | CE | CICIP | Total  | CP | CPat | CVS | CE | CICIP |
| 90 740 | -- | --   | --  | -- | --    | 87 587 | -- | --   | --  | -- | --    |

Legenda:

CP-Contra as Pessoas

CPat-Contra o Património

CVS-Contra a Vida em Sociedade

CE-Contra o Estado

CICIP-Contra a Identidade Cultural, Integridade Pessoal

Os resultados estatísticos dos crimes totais constantes na tabela n.º 1 não equivalem à soma total dos crimes identificados porque, intencionalmente, não foram listadas todas as participações de natureza criminal. No entanto, segundo o Relatório Anual de Segurança Interna (IASI), com resultados gerais mais atualizados, verifica-se que a criminalidade participada em 2014 representou uma diminuição equivalente a um decréscimo de 6,7% em relação a 2013, sendo que aqueles que sofreram maior redução foram os crimes contra a vida em sociedade com cerca de 20,2% contra apenas 10,1% nos crimes contra o Estado, ficando os crimes contra as pessoas (1,3%) e contra o património (4,9%) com a menor percentagem de diminuição (Gabinete do Secretário-Geral, 2014, p. 1).

<sup>7</sup> Área territorial constituída por nove municípios: Amadora, Cascais, Lisboa, Loures, Mafra, Odivelas, Oeiras, Sintra e Vila Franca de Xira (INE, 2013, p. 22).





Tendo em conta que a temática do nosso trabalho é sobre violência urbana e a sua possível ligação com as redes sociais, interessa fazer referência ao facto de, no RASI de 2014, vir referido que o crime de burla, o crime informático e o crime de violência doméstica apresentaram uma tendência de crescimento. De realçar que tal como nos anos anteriores, também no ano de 2014 os distritos com maior peso relativo, no que às participações registadas diz respeito, continuam a ser os de Lisboa, Porto e Setúbal com mais de 50%. Também na criminalidade grupal se verifica uma tendência de decréscimo (Gabinete do Secretário-Geral, 2014, pp. 2, 24).

Uma das preocupações da segurança interna e que é interpretada no RASI como ameaça global, é a ameaça de natureza *ciber*. Esta ameaça, independentemente de ser promovida ou patrocinada por entidades estatais, organizações ou atores individuais, manifesta-se no cibercrime organizado, no *hacktivismo*, na espionagem e mesmo no terrorismo (Gabinete do Secretário-Geral, 2014, p. 6). Apesar de se ter verificado uma ligeira diminuição do crime informático, nomeadamente dos coletivos *hackers*<sup>8</sup> nacionais, e com isso também uma menor capacidade de mobilização, o RASI reconhece que ainda existem algumas lacunas de segurança nas infraestruturas informáticas de diferentes serviços e/ou organismos públicos, que permitiram e permitem operações *hacktivistas* com especial impacto mediático (Gabinete do Secretário-Geral, 2014, p. 12).

Tem-se vindo a constatar que os crimes com recurso a meios informáticos têm sofrido um aumento substancial, quer em relação aos crimes informáticos propriamente ditos, quer em relação aos casos praticados com recurso a meios informáticos (Gabinete do Secretário-Geral, 2014, p. 114).

Antes de abordarmos as novas tecnologias e a possível ligação com a violência, interessa acentuar e sublinhar que, segundo o próprio RASI, os crimes identificados por motim, instigação ou apologia pública do crime aumentaram de 2013 para 2014 e que o distrito de Lisboa continua a ser o local onde se observa o maior número de participações de criminalidade violenta e grave.

Lisboa, como referido, continua a ser o local com maior número de crimes e, em agosto de 2014, ao nível do desemprego, com um número a rondar os 30.500 desempregados, equitativamente distribuídos entre homens e mulheres, era também o concelho com o valor mais elevado, seguido de muito perto pelo concelho de Vila Nova de

---

<sup>8</sup> Os *hackers* são sujeitos do cibercrime que acedem, sem autorização dos seus legítimos titulares, a computadores, sistemas e redes informáticas ou telemáticas alheias. (Dias, 2010, p. 8)<sup>8</sup>



Gaia, com 29.584 desempregados, também distribuídos entre sexos (Gabinete do Secretário-Geral, 2014, pp. 42-44).

Tendo em conta que, os distritos onde se verifica maior índice de criminalidade são Lisboa e Porto, e dentro destes, os concelhos de Sintra e Vila Nova de Gaia respetivamente, e que ao nível do desemprego, o maior índice de desemprego também se verifica nestes quatro concelhos, poderemos inferir que existe uma correlação positiva entre o índice de criminalidade e de desemprego (PORDATA, 2009).

#### **b. Sistema policial dualista português**

A segurança, como bem jurídico coletivo ou individual e supra-individual, constitui-se como uma tarefa fundamental do Estado, a par da justiça e do bem-estar, afirma-se hoje, como um fator de liberdade, de progresso social, económico e, fundamentalmente, como um fator estratégico para o desenvolvimento e cuja produção deve implicar todos os atores sociais, estatais, não-estatais, públicos e privados (Valente, 2014, p. 105).

O Estado, no domínio da segurança, tem vindo a ser confrontado, cada vez com maior acuidade, com uma nova dinâmica que não só coloca em causa o seu monopólio e estatuto, mas também favorece a emergência de novos atores, interessados em participar na produção da segurança, reclamando para o efeito o alargamento das suas competências e exigindo do Estado uma redefinição do seu papel. Assim, compete ao Estado, institucionalizar uma força coletiva, organizada jurídica e funcionalmente, que tenha por fim os “interesses gerais e os princípios socialmente aceites”, coadjuvada por “meios de ação coerciva”, capazes de resolver o maior número de conflitos e evitar a chamada justiça privada ou popular (Valente, 2014, pp. 105, 106).

O sistema policial português, em primeiro lugar, distingue-se pelo modelo dualista existente ao nível da segurança e da ordem pública, destacando-se claramente a GNR e a PSP. Em segundo lugar, considera-se também um sistema pluralista pelo facto de integrar várias forças com funções de polícia administrativa geral, de natureza preventiva e de segurança pública, destacando-se, além da GNR, a PSP, a Polícia Marítima (PM) e a PJ. Por fim, podemos ainda apelidar o sistema policial português, de sistema fragmentado pelo facto de a tutela ser repartida por vários ministérios, designadamente, o Ministério da Administração Interna (MAI), o Ministério da Justiça (MJ) e o Ministério da Defesa Nacional (MDN) (Silva, 2015, pp. 194-195).

Existem portanto duas forças de segurança que preenchem esses requisitos, uma de natureza militar, a GNR, e outra de natureza civil, a PSP, e apesar das atribuições genéricas de ambas as FFSS serem idênticas, variando a sua prossecução em função da área



geográfica atribuída a cada uma delas, é caracterizado por isso como um sistema policial dualista (Rocha, 2009, p. 15).

### **c. Guarda Nacional Republicana**

A GNR foi criada a 3 de maio de 1911, «para velar pela segurança pública, manutenção da ordem e proteção das propriedades públicas e particulares de todo o país». (Guarda Nacional Republicana, 2014, p. 9) De acordo com o estabelecido no artigo 1º da sua Lei Orgânica (LOGNR) - Lei n.º 63 de 6 de novembro de 2007, trata-se de uma força de segurança de natureza militar, constituída por militares organizados num corpo especial de tropas e dotada de autonomia administrativa (Assembleia da República, 2007a). Tem por missão assegurar a legalidade democrática, garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos, bem como colaborar na execução da política de defesa nacional, nos termos da Constituição e da Lei (Guarda Nacional Republicana, 2014, p. 10).

Em situação de normalidade social, a GNR depende do MAI, em caso de guerra ou situação de crise, as suas forças são colocadas na dependência operacional do CEMGFA, através do seu comandante-geral. No âmbito do sistema de segurança e defesa, a GNR é uma força de segurança com uma missão geral de polícia, com atribuições e poderes de atuação em todo o país. Desenvolve a sua atividade operacional, atuando como Polícia Criminal, como Polícia Administrativa, como Polícia Fiscal e Aduaneira, como Polícia de Trânsito, como Polícia de combate às infrações económica, como Polícia de Intervenção e Ordem Pública, como Polícia Ambiental, como agente de Proteção Civil e como Polícia de vertente honorífica e Honras de Estado. (Guedelha, 2013, p. 8)

Em termos de estrutura orgânica, a GNR para garantir um permanente conhecimento, acompanhamento e atualização das situações que podem colocar em risco a segurança dos cidadãos, a tranquilidade e a paz pública, conta na sua estrutura, entre outros serviços dos Órgãos Superiores de Comando e Direção, com um Comando Operacional, cuja missão principal é assegurar o comando de toda a atividade operacional, compreendendo as seguintes unidades orgânicas: Direção de Operações (DO), Direção de Informações (DI), Direção de Investigação Criminal (DIC) e uma Direção de comunicações e Sistemas de Informação (DCSI) (Assembleia da República, 2007a)

A crescente globalização, a que temos assistido atualmente, caracterizada pela complexidade e multiplicidade de atores e relações sociais, exige da GNR uma capacidade de antecipação, acompanhamento e adaptação permanente dos fenómenos



criminais, das ameaças e riscos à segurança das pessoas e bens, assegurando dessa forma a proteção da sociedade como um todo.

Neste novo ambiente de segurança, caracterizado pelos diversos desafios decorrentes da atual conjuntura económico-financeira, social, tecnológica, ambiental e político-legal, obriga a um posicionamento da GNR na arquitetura dos sistemas de segurança, proteção e defesa nacionais. Um dos grandes desafios da GNR, entre outros, é assegurar uma presença e atuação progressiva no mundo ciber, afirmando a GNR como determinante no mundo real e no mundo virtual, obtendo assim mais-valias operacionais para enfrentar os fenómenos de criminalidade associados às novas tecnologias, ou promovidos por estas.

Modernizar, inovar e simplificar os processos e procedimentos, é uma das linhas estratégicas da GNR para privilegiar o recurso a novas tecnologias de informação e comunicação de forma a requalificar o serviço operacional, potenciando uma maior articulação entre as Forças e Serviços de Segurança. Mesmo tendo sido considerado, na Estratégia da Guarda 2020, uma condicionante, a GNR definiu como um dos objetivos principais, incrementar a capacidade de atuação no mundo ciber, garantindo uma resposta integrada da Instituição ao fenómeno da cibercriminalidade no mundo real e virtual, e aproveitando as mais-valias operacionais da exploração e utilização das novas tecnologias. (Guarda Nacional Republicana, 2014, pp. 38-40)

#### **d. Polícia de Segurança Pública**

A Polícia de Segurança Pública (PSP) é uma força de segurança, uniformizada e armada, com natureza de serviço público e dotada de autonomia administrativa, tendo por missão assegurar a legalidade democrática, garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos, nos termos da Constituição e da Lei. (Assembleia da República, 2007b) Esta força de segurança, tem uma dependência única do MAI e uma organização singular para todo país. Em situações de normalidade institucional, as atribuições da PSP são as decorrentes da legislação de segurança interna e, em situações de exceção, as resultantes da legislação sobre a defesa nacional e sobre o estado de sítio e de emergência. (Guedelha, 2013, p. 8)

Apesar de ter muitas outras funções, a PSP é conhecida por ser a força de segurança responsável pelo policiamento fardado e ostensivo nas grandes áreas urbanas de Portugal, estando o policiamento das áreas rurais normalmente reservado à GNR. (Sanderson, 2014, p. 7)



A Direção Nacional da PSP apresenta na sua estrutura um Departamento de Informações Policiais (DIP), um Departamento de Investigação Criminal (DIC) e um Departamento de Sistemas de Informação e Comunicações (DSIC), que, em princípio, são as unidades que apoiam e/ou procedem à recolha, análise e simplificação do tratamento das informações policiais com ajuda de aplicações e sistemas específicos de segurança, permitindo a interoperabilidade com os demais sistemas de informação das forças e serviços de segurança. (Assembleia da República, 2007b)

A PSP, tal como a GNR, além das diversas atribuições decorrentes da legislação de segurança interna, também desenvolve ações de investigação criminal e contraordenacional quer sejam atribuídas por normativos legais, quer aquelas que lhe são delegadas por autoridades judiciais ou solicitadas pelas autoridades administrativas. Garante ainda, nos termos da lei, a segurança em espetáculos públicos, incluindo os desportivos, e noutras atividades de recreação e lazer (Assembleia da República, 2007b), onde se podem enquadrar os chamados *meets* ou encontros de amigos. Decorrente da sua missão geral e pelo facto de ser, conforme definido legalmente pela tutela, a sua área de responsabilidade, a PSP foi a FFSS chamada a intervir no famoso *meet* ocorrido no dia 20 de agosto de 2014, no Centro Comercial Vasco da Gama, situado no Parque das Nações em Lisboa.

#### **e. Centro Nacional de Cibersegurança**

Os ciberataques serão uma das maiores ameaças que todos os Estados, Portugal incluído, terão de enfrentar nos próximos anos, principalmente às Infraestruturas Críticas de cada nação. A Estratégia Nacional de Cibersegurança, desenvolvida pelo governo português, constitui o fundamento da visão estratégica que se pretende estruturar naquele domínio, e decorre do nível de ambição que seja definido pela orientação política. O impulso mais ambicioso que o Estado terá que enfrentar será o de estimular uma utilização livre, segura e eficiente do ciberespaço por parte de todos os cidadãos. (Gabinete Nacional de Segurança, 2014, pp. 1, 2)

O Decreto-Lei n.º 69/2014 procedeu à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 3/2012, de 16 de janeiro, que aprovou a orgânica do Gabinete Nacional de Segurança (GNS), estabelecendo os termos do funcionamento do CNC. Considera-se que o principal desafio de Portugal coloca-se essencialmente ao nível da Garantia da Informação (*Information Assurance*) garantindo a Confidencialidade, a Integridade e a Disponibilidade. Esta aspiração irá exigir tanto a implementação de processos de Segurança da Informação como de mecanismos de Cibersegurança e Ciberdefesa. (Gabinete Nacional de Segurança, 2014,



p. 2) Entende-se por isso, tendo em conta a finalidade identificada, que o País deverá procurar atingir os seguintes três objetivos principais:

- Garantir a Segurança no Ciberespaço;
- Fortalecer a Cibersegurança das Infraestruturas críticas nacionais;
- Defender os Interesses Nacionais e a Liberdade de Ação no Ciberespaço.

**f. Situações de mobilização coletiva Nacionais e Internacionais**

**(1) O *meet* no Vasco da Gama**

O fenómeno dos *meet* apresenta muitas similaridades com os designados *rolezinhos* existentes no Brasil, que consistem numa reunião de um grande número de adolescentes provenientes das periferias urbanas e organizados via redes sociais. (Machado & Scalco, 2014, p. 3)

Dependendo do grau de adesão, da temática específica (*meet* Páscoa, Natal ou Verão) e conforme a descrição dos seus organizadores nas páginas dos eventos, o objetivo é proporcionar um encontro de amigos, socializar e conviver. Foi a partir de um *meet* marcado pelas redes sociais, nas proximidades do centro comercial Vasco da Gama, a 20 de setembro de 2014, que este assunto ocupou o horário nobre dos telejornais portugueses. A atuação policial ficou marcada pela mostragem de uma gravação vídeo que exibia os agentes a proibir um grupo de jovens negros de entrar no Centro Comercial. Este facto transformou-se num símbolo de luta contra o racismo. Alguns grupos de jovens, que participavam nesse encontro, mas num espaço junto ao Pavilhão de Portugal, também no Parque das Nações, confraternizavam entre si numa espécie de ritual de celebração da convivialidade. Aparentemente, entre *selfies*, conversas, cânticos e música, e barulho acima do usual, como é normal acontecer quando jovens adolescentes entre os 12 e os 18 anos de idade se agrupam, o número de participantes do evento, chamado *meet*, vai aumentando e os confrontos entre grupos rivais surgiram naturalmente. (Raposo, 2014, p. 2)

A mediatização destes *meets* associada à ocorrência de episódios de violência entre grupos de jovens tem empolado entre a opinião pública, algum sentimento de insegurança que poderá potenciar reações desproporcionadas com consequências para a ordem e tranquilidade pública, principalmente quando os desacatos e arrufos se viram contra os agentes de autoridade. (Raposo, 2014, p. 3) Contudo, os poucos incidentes de violência ocorridos em Portugal, decorrentes destes eventos, não tendo provocado significativas alterações em termos das dinâmicas associadas à realização de *meets*, permitiram às FFSS



(PSP, GNR), através de uma monitorização *open source* da internet, nomeadamente das redes sociais, identificar convocatórias para futuros encontros.

Supostamente, a ampla divulgação, deste tipo de ocorrências esporádicas, por parte dos meios de comunicação social é que contribuiu, à imagem de outros países, para uma visão alarmista de uma realidade assumida como uma subcultura juvenil que permite aos utilizadores das redes sociais ultrapassar a barreira virtual e conhecer outras pessoas com quem partilham interesses e/ou ideologias comuns. Os locais onde tem, ou poderiam ter, decorrido os referidos *meets*, nomeadamente, aqueles relacionados com atividades de lazer e divertimento, são espaços públicos.

Através da leitura de alguns documentos “oficiosos”<sup>9</sup> e informações cedidas por responsáveis das FFSS, descobrimos que foi, realizada pelas forças policiais uma cuidada análise aos fenómenos e, conseqüentemente, foram levantados alguns pressupostos e retiradas algumas ilações importantes. De facto, além da constante preocupação com os locais de concentração, importa que as forças policiais direcionem, também, a sua atenção para os transportes públicos, que, como meio de deslocação para o local do evento, podem tornar-se num palco propício à ocorrência de distúrbios e desacetos. Quando o percurso até ao local do evento ou *meet* incluir paragens em bairros rivais, o eventual encontro de grupos provenientes de zonas urbanas, poderá e deverá representar o principal foco e exigir uma constante preocupação das forças de segurança com responsabilidade na área, não só pelo fácil acesso a armas de fogo e a armas brancas, mas também pelas ligações de proximidade destes grupos com alguns jovens de outros bairros.

## **(2) Mobilizações coletivas pelas redes sociais, a nível internacional**

Racismo, calúnia, difamação, pedofilia, intolerância religiosa e xenofobismo são alguns dos muitos crimes ou ilícitos cometidos nas redes sociais ou através delas. Estima-se que, só no Brasil, o *site* de relacionamentos, *Orkut*, chegou a ter cerca de 51 milhões de usuários cadastrados antes de ter fechado em setembro de 2014. Nos meses de janeiro e fevereiro de 2010, a ONG *Safernet* recebeu 1700 denúncias de apologia e incitação a crimes contra a vida nas redes sociais. (Atheniense, 2004, p. 2)

Entre os meses de junho e julho de 2013, o Brasil assistiu a uma sequência de manifestações e protestos contra o aumento do preço dos bilhetes nos transportes públicos na cidade de São Paulo. Estas manifestações e protestos foram organizados pelo

---

<sup>9</sup> Designação que se aplica a fontes ou documentos sem carácter oficial, ou seja que têm reconhecimento por uma entidade ou instituição oficial, mas que ainda não são oficiais, no caso dos documentos, ou autorizadas a falar em seu nome, no caso de uma pessoa. (Correia, 2010, p. 10)





Movimento Passe Livre (MPL) e a sua mobilização, através das redes sociais, originou uma rápida proliferação de outras manifestações por todo o país, assumindo proporções inimagináveis. (Romão, 2013, p. 154)

Pela primeira vez, a utilização das redes sociais como estratégia de aglomeração, mostrou-se capaz de agrupar e mobilizar uma parte significativa da população brasileira, descontente com algum aspeto estrutural do poder vigente, revelando uma etapa distinta na atuação da sociedade civil e pautada pelo uso de meios informacionais e de comunicação digital como mecanismos de organização coletiva. Durante vários dias, as manifestações repetiram-se e aumentaram o número de participantes. A articulação para esses eventos por intermédio das redes sociais, pode ser explicada pelas suas características fundamentais, como permitir aos usuários atuarem como laços ativos da rede, divulgar informações entre os pares e influenciar comportamentos dos restantes membros a favor de uma ideia. (Pujol, et al., 2014, pp. 3-6)

Inicialmente os *rolezinhos* ou simplesmente *rolés*, eram festas associadas a um género de música, que faz a apologia do consumo, conhecido como *Funk* Ostentação, mas face ao clima de contestação no Brasil (em especial no Mundial de futebol 2014) e à crescente projeção mediática, estas iniciativas começaram a assumir contornos de movimento social contra as discriminações raciais e económicas na sociedade brasileira. No Brasil os primeiros casos de *rolés* foram organizados por alguns jovens ditos “famosos” no ambiente virtual. Esses encontros eram uma oportunidade para que os fãs pudessem conviver, conversar e tirar fotografias com os seus ídolos. (França & Dornelas, 2014, p. 3)

Com as revoluções democráticas ocorridas na Tunísia, em finais de 2010, e no Egipto no início de 2011, que conseguiram derrubar ditaduras instaladas há décadas e que ficaram conhecidas como Primavera Árabe, e com a crise económica instalada na Europa, o efeito de contágio daquelas revoluções, além de alastrar aos países vizinhos em África, também os países europeus sentiram os protestos e reivindicações populares. Em Espanha, na Praça *Puerta del Sol*, com milhares de indignados a exigirem uma Democracia Real, em Portugal com a volta da Geração à Rasca, aludindo ao movimento da Revolução dos Cravos em 1974, na Grécia, os populares saíram à rua contra o plano de austeridade proposto pelo governo, na Itália contra a corrupção governamental. (Silva, 2011, p. 8)

Enfim, o que une estes e outros tantos países, europeus e americanos, que acabaram por ser atingidos pelas convulsões populares provocadas pela crise





financeira e sentirem os efeitos colaterais da primavera árabe? Além de, na sua maioria, terem sido influenciadas pela primavera árabe, todas as manifestações ou mobilizações, tiveram em comum a utilização da internet e as redes sociais como instrumento de comunicação mais importante. (Silva, 2011, p. 9)

Também a Turquia sofreu com a marcação de diversas manifestações recorrendo às redes sociais e que ameaçaram, não só a segurança, mas também a vida dos cidadãos e a propriedade pública e privada. No entanto, esses acontecimentos levaram o governo turco a estudar legislação específica que permita limitar as redes sociais e, em simultâneo, redigir um texto sobre os diversos crimes que se podem cometer através da internet. (Kose, 2013)

### 3. Trabalho de campo

No presente capítulo iremos apresentar a metodologia adotada, analisar os dados recolhidos e discutir resultados das entrevistas efetuadas. As entrevistas foram utilizadas para recolher dados descritivos na linguagem dos próprios sujeitos entrevistados, permitindo-nos desenvolver intuitivamente uma ideia sobre a maneira como aqueles especialistas interpretam aspetos sobre a temática em análise.

#### a. Métodos

Atendendo aos objetivos deste trabalho e à problemática em análise, optámos por recorrer a uma abordagem do tipo qualitativo e utilizar um desenho de pesquisa do tipo estudo de caso, que consiste num procedimento metodológico através do qual procuraremos recolher informação detalhada sobre uma única unidade de estudo, ou seja, as FFSS. (Santos & Lima, 2014, p. 22) O Estado da Arte incidiu numa revisão de literatura com base em literatura e revistas da especialidade, solicitados e/ou consultados em bibliotecas e arquivos da PJ, do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna (ISCPSI), do Sistema de Informações de Segurança e do Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM), bem como diversos artigos científicos e documentos disponibilizados em bases de dados *online*.

A aplicação de entrevistas surge na sequência do presente trabalho como instrumento de investigação, através do qual se pretendeu recolher dados, cuja análise e confronto com a componente teórica, permitissem conferir um maior rigor na formulação das conclusões.

As entrevistas, segundo Santos & Lima (2014, p. 19), podem ser divididas em entrevistas estruturadas, que consistem na abordagem de assuntos previamente determinados, de interesse para o trabalho, onde as perguntas são mais estruturadas e ordenadas, entrevistas semiestruturadas, onde existe antecipadamente um guião com um conjunto de tópicos ou perguntas para abordar na entrevista e, por ultimo, entrevistas não estruturadas, onde não existe um guião, e na qual o entrevistador ouve muito mais de que fala, limitando as suas intervenções a meras interjeições de incentivo para que o entrevistado continue a falar. (Santos & Lima, 2014)

Esta divisão realiza-se mediante os objetivos que se pretendem atingir com a investigação, pelo que as entrevistas aplicadas, são enquadradas previamente num guião, evitando lacunas a nível de informação pretendida e dando possibilidade de abordar outros assuntos relacionados com a temática. Como referido anteriormente, foram realizadas algumas entrevistas a especialistas que, pela atividade que desenvolvem ou desenvolveram, estão particularmente aptos a contribuir para o esclarecimento das questões levantadas.



Presidiu à escolha das entrevistas enquanto instrumento, o facto de este ser o mais adequado ao tipo de dados que se procuraram obter, sendo eles de índole qualitativa, conforme a própria abordagem do trabalho o comprova. A informação recolhida é de ordem cognitiva, bem como afetiva, pois não só os entrevistados se socorreram de todo o seu leque de conhecimentos sobre o assunto, como afirmaram também as suas posições pessoais sobre a temática em estudo.

Para recolha dos dados, procurámos encontrar respostas nas principais instituições nacionais, utilizando como instrumento de recolha, as entrevistas semiestruturadas. Foram solicitadas entrevistas a dez pessoas ligadas a instituições que, direta ou indiretamente, têm responsabilidades no controlo, monitorização, análise ou investigação das informações criminais e, conseqüentemente, do fenómeno em estudo. Deste modo, tentamos obter o testemunho de profissionais da GNR, PSP, GCS, CNC, PJ e outras personalidades com experiência e vasto conhecimento na área no período entre 15 de dezembro de 2014 e 14 de fevereiro de 2015.

O instrumento foi constituído por perguntas abertas e semiabertas, permitindo desta forma ao entrevistado discorrer sobre o tema em análise. Face à escassa e quase inexistente bibliografia ou estudos sobre a temática em apreço, pretendeu-se com esta técnica, procurar informação de ordem cognitiva, decorrente de entidades com experiência e de reconhecido conhecimento sobre a problemática em estudo. Contudo, por fatores de limitação de tempo e incompatibilidade de horários entre o autor e as personalidades escolhidas, apenas nos foi possível recolher sete daqueles testemunhos que, na sua maioria, foram obtidos de forma não presencial e cujos guiões foram recebidos por correio eletrónico.

A informação e os dados recolhidos, e o conteúdo das entrevistas, serão analisados, neste capítulo, por meio de uma análise categorial que consiste no desmembramento do texto em categorias agrupadas analogicamente. (Silva & Fossá, 2013, p. 8) Para Bardin (1977, p. 123), a análise de conteúdo, enquanto método, torna-se um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos na descrição do conteúdo das mensagens. “Nem todo o material de análise é suscetível de dar lugar a uma amostragem, e, nesse caso, mais vale abstermo-nos e reduzir o próprio universo (e, portanto, o alcance da análise) se este for demasiado importante”. Gostaríamos, e temos a convicção de que seria uma mais-valia para o nosso trabalho, de ter aprofundado a análise na tentativa de correlacionar o número de ocorrências destes

fenómenos (*meets*), com a criminalidade e o desemprego da Grande Lisboa, no entanto, por limitação do número de ocorrências essa correlação não se afigura pertinente.

### **b. Caracterização da amostra**

A escolha da amostra teve por base os critérios da experiência, do conhecimento, função e responsabilidade dos entrevistados no âmbito da análise das informações policiais e das novas tecnologias. A população alvo, o número de entrevistados selecionados e o número de entrevistas realizadas e recebidas, acabou por sofrer alguns vieses devido ao melindre da informação solicitada.

Assim, a relação dos entrevistados é a constante da tabela infra, com a indicação das entrevistas que, por razões pessoais ou profissionais, não foi possível realizar. Na tabela 2 estão elencadas as personalidades entrevistadas, a função que desempenham e a instituição que representam.

**Tabela n.º 2 – Relação de entrevistados**

Fonte: (Autor, 2015)

| N.º | Entrevistado                  | Função                   | Instituição |
|-----|-------------------------------|--------------------------|-------------|
| 1   | Anonimato                     | Técnico Superior/Jurista | SSI/GCS     |
| 2   | Cor Manuel Oliveira M. Borges | Diretor                  | GNR/DIROP   |
| 3   | Inspetor Paulo Gomes          | -----                    | PJ          |
| 4   | Anonimato                     | Inteligência policial    | PSP         |
| 5   | Anonimato                     | Planeamento operacional  | PSP         |
| 6   | Anonimato                     | Investigação criminal    | PSP         |
| 7   | Cap. Rogério Gil Raposo       | Consultor                | CNC         |
| 8*  | Anonimato                     | -----                    | GNR         |
| 9*  | Anonimato                     | -----                    | SSI/GCS     |
| 10* | Anonimato                     | -----                    | OSCOT       |

\*Entrevistas não realizadas

### **c. Apresentação e análise de resultados**

As nossas entrevistas foram efetuadas presencialmente utilizando um guião previamente desenvolvido ou enviado para os endereços eletrónicos de cada entrevistado. Cada entrevistado foi antecipadamente contactado a fim solicitar a sua colaboração e autorização para conceção ou envio do guião da entrevista e a possibilidade de responder às perguntas formuladas.

Pretendemos transcrever as respostas para uma grelha de seleção, análise e síntese dos aspetos mais relevantes de cada resposta, na tentativa de facilitar a comparação entre elas e a discussão das ideias principais transmitidas pelos entrevistados. Optamos por elaborar uma análise representacional no intuito de medir as atitudes do próprio entrevistado face ao objeto de estudo e a direção e a intensidade da opinião. A fim de



tentarmos perceber e distinguir algumas unidades do contexto, recortamos o texto das entrevistas em parágrafos, frases e/ou palavras-chave e, através do resumo de cada parágrafo, construímos uma análise de conteúdo agrupando os temas encontrados em 6 categorias. (Silva & Fossá, 2013, p. 4)

As categorias elencadas resultaram do processo de codificação das entrevistas transcritas, um total de seis categorias. Cada categoria foi constituída através da interpretação resumida das respostas dos entrevistados, não existindo qualquer racional, tanto para a nomeação das categorias, quanto para a determinação do número de categorias, essas questões ficam contingentes à quantidade de informação e do corpus de dados recolhidos anteriormente. De referir a técnica utilizada, não obstante constituir-se como uma forma de análise em franca utilização em diversos estudos qualitativos, não configura no entanto, a análise de dados mais credível ou com maior legitimidade. (Silva & Fossá, 2013, pp. 8,12)

**Tabela n.º 3 – Categorias de conteúdo das entrevistas**

Fonte: (Autor, 2015)

| Categorias de conteúdo |   |
|------------------------|---|
| 1º                     | Fatores promocionais da violência urbana                    |
| 2º                     | Promoção da violência nas redes sociais                     |
| 3º                     | O fenómeno dos “meets”                                      |
| 4º                     | Atuação das autoridades                                     |
| 5º                     | Limitações legais de atuação                                |
| 6º                     | Monitorização e acompanhamento das redes sociais pelas FFSS |

### **(1) Interpretação das grelhas de categorias de conteúdo**

A interpretação e análise de conteúdos de uma entrevista é um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens (Bardin, 1977, p. 42), onde se irá analisar o que foi dito em cada uma das entrevistas ou que foi observado pelo entrevistador. Nessa análise, procura-se classificá-los em temas ou categorias que nos auxiliam na compreensão do que está por trás de cada discurso e ligar os resultados apresentados ao escopo teórico, permitindo avançar para conclusões que levem ao avanço da pesquisa. (Silva & Fossá, 2013, p. 2)

As 6 categorias apresentadas (Apêndice A) configuram o pensamento de cada personalidade entrevistada e a respetiva interpretação acerca da realidade organizacional estudada, e que aparece materializada nas grelhas de análise como unidades de contexto.



Com a construção das grelhas de análise e utilizando um processo de inferência, pretendemos interpretar o que está explícito nos textos de cada entrevistado, esperando que nos auxilie na compreensão do que está por detrás dos discursos para obtenção de indicadores que nos permitam retirar algumas conclusões.

Das respostas à questão número 1º, que pretende dar corpo à categoria “Fatores promocionais da violência urbana”, podemos inferir que os fatores identificados pelos entrevistados que mais contribuem para a violência urbana foram, entre outros, a crise e a incerteza quanto ao futuro, as características das urbes e segregação de algumas zonas, as condições socioeconómicas e as relações entre as pessoas. De salientar que a maioria dos inquiridos aponta para a existência de fatores materiais e apenas uma reduzida minoria dos entrevistados releva a crise de valores como fator determinante para a violência urbana. As unidades de contexto dos entrevistados que contribuem para a categoria n.º 1, ou seja, para a definição dos fatores promocionais da violência urbana, estão em sintonia com o preconizado com os autores estudados no primeiro capítulo (Estado da Arte). Designadamente, Alina Esteves (1999) que defende a ideia de que, a principal geradora de violência, é a própria cidade. Mas também Barata (2008) ao referir os meios económicos, culturais e familiares, entre outros, como fatores determinantes para alimentar o fenómeno da violência.

Relativamente à categoria nº2, que alude à possível utilização das novas tecnologias, nomeadamente, as redes sociais, para promover ou perpetrar a violência, a grande maioria dos entrevistados está em concordância com o que os autores estudados alegam, principalmente Barbai (2013), Recuero (2009) e Castells (2012), que defendem o postulado de que as redes sociais facilitam a transmissão da mensagem e difusão de informação, promovem o relacionamento entre indivíduos e que vieram para ficar. Contudo, torna-se difícil associar, de forma concreta e objetiva, o uso das redes sociais para promover a violência, sendo, no entanto, devido à dificuldade em monitorizar as atividades desenvolvidas ou a desenvolver (convocatórias, manifestações, etc) e à falta de legislação específica, uma ferramenta particularmente apetreável para os prevaricadores e promotores de manifestações ou apologistas da violência.

Quando questionados para caracterizar o fenómeno dos *meets*, conforme se pode verificar na tabela n.º 6, as unidades de contexto sobre as opiniões dos entrevistados, divergem. Por um lado, todos os entrevistados concordam com a existência de uma relação direta entre os *meets* e a facilidade de circulação da informação proporcionada pelas redes sociais e que, a violência, pode ser gerada se o cariz da mensagem transmitida apelar a



isso. Por outro lado, a opinião é unânime quanto a considerarem que os *meets* são apenas uma reunião de amigos ou conhecidos que partilham ideias semelhantes e que, aproveitando a facilidade de transmissão oferecida pela nas redes sociais, pretendem apenas conviver e divertir-se, estando por isso em consonância com o que referem Machado & Scalco (2014) que comparam os *meets* aos *rolezinhos* existentes no Brasil e que consistem apenas numa reunião de adolescentes, e também por Raposo (2014), quando afirma que este tipo de encontros é normal para adolescentes de 12 a 18 anos. Contudo, consideram que não sendo uma ameaça preocupante para as FFSS, a mensagem transmitida e as causas da sua marcação deverá ser alvo de atenção, monitorização e prevenção constante pelas autoridades.

Na opinião dos entrevistados, plasmada na tabela nº 7, a estratégia de “atuação das autoridades”, passa pela monitorização das redes sociais e estratégias proativas na vertente educativa e de inclusão social, devendo criminalizar-se o incitamento ou instigação à violência pelas redes sociais. Segundo os especialistas questionados, deve-se tentar encontrar o ponto de equilíbrio entre a intervenção e o carácter da mensagem ou motivo da reunião e, devido às limitações legais para uma intervenção a montante das reuniões, as FFSS devem acompanhar, monitorizar e estabelecer uma estratégia de prevenção de atos de violência, através da identificação e investigação dos promotores desses mesmos atos. Neste particular, e de acordo com a estratégia da Guarda, interessa realçar a intenção da GNR de, a curto prazo, criar um gabinete de cibersegurança e incrementar a sua capacidade de atuação nesse domínio (Guarda Nacional Republicana, 2014, p. 79 e 85).

Hoje em dia, nas redes sociais, é quase impossível manter o anonimato, essa realidade pode eventualmente retrair os apelos à violência. Juntando a isso, e segundo as respostas à categoria n.º 5, das “limitações legais de atuação”, a monitorização da internet, a maior colaboração dos operadores das plataformas tecnológicas e fornecedores de internet e comunicações, a deteção e o controlo de atos violentos estará mais facilitada. Existe, não obstante, um longo caminho a percorrer, que forneça as necessárias e adequadas armas legais às Forças e Serviços de Segurança para atingirem tal desiderato. De acordo com a opinião de um dos entrevistados, tendo em conta o número de casos e a gravidade dos mesmos, é necessário fazer-se a distinção do que são ameaças efetivas e situações disparatadas e, sendo as redes sociais um meio de comunicação privado, equiparado a correspondência, comunicações telefónicas ou postais, será sempre necessário, se não for tornado público, uma autorização judicial para aceder ao seu conteúdo. Devendo, por isso, privilegiar-se a monitorização e pesquisa da informação em



fontes abertas de forma a preservar a defesa dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos (Gomes, 2014, p. 5).

Relativamente à categoria n.º 6, sobre a “monitorização e acompanhamento das redes sociais por parte das FFSS”, para alguns dos entrevistados a monitorização é fundamental e bastante importante, e será uma realidade no futuro, como já acontece em alguns países. No entanto, para evitar possíveis implicações legais e servir de condição base para a produção de prova, deverá existir um enquadramento que legalize o procedimento. Além disso, os entrevistados consideram que seria uma ferramenta útil, não tanto pela questão dos *meets* mas principalmente para situações de terrorismo ou crimes graves, que são direcionados para objetivos que resultam gravosos para a sociedade em geral.



## Conclusões

Para o presente trabalho de investigação foi estabelecido como principal incentivo analisar como a GNR e a PSP percecionam os novos meios de mobilização grupal, designadamente as redes sociais, que podem degenerar em fenómenos de violência urbana. Para conseguirmos alcançar esse desiderato, formulamos mais três objetivos específicos: Caracterizar os novos fenómenos de violência urbana, avaliar e interpretar a evolução da criminalidade em contexto de violência urbana e analisar o enquadramento legal sobre a temática e as limitações da atuação policial;

A investigação iniciou-se com uma pesquisa pormenorizada da evolução do conceito de violência urbana, seguida de uma importante abordagem, de forma transversal, às novas formas e meios de mobilização grupal, nomeadamente, o recurso às redes sociais, desde manifestações de orientação política, religiosa ou de carácter desportivo, passando inclusive pelos famosos “*meets*” ocorridos em 2014 na zona de Lisboa. Ao longo do trabalho, seguimos o raciocínio materializado na PP, bem como nos empenhamos na busca de respostas para as PD e validação das hipóteses formuladas.

### **a. Avaliação dos resultados obtidos e contributos para o conhecimento**

Como referido, a realização deste trabalho de investigação teve a ousadia de tentar percecionar a forma como as FFSS estão a lidar com as redes sociais no contexto de violência urbana e contribuir para a compreensão dos fenómenos, como foram designados os *meets*, ocorridos no último ano civil.

Para poder responder à pergunta de partida, fomos coligindo informação no sentido de conseguir dar respostas às perguntas derivadas e tentar validar as hipóteses formuladas.

Assim, em relação à pergunta derivada n.º 1, “como se caracterizam estes novos fenómenos de violência urbana?”, pensamos ter conseguido responder não só recorrendo aos autores referenciados no capítulo 1, mas também pela leitura das respostas dos entrevistados ao afirmarem claramente que este tipo de fenómeno, são caracterizados, primeiro, pelo facto de existir uma relação direta entre os *meets* e a facilidade de circulação da informação proporcionada pelas redes sociais, e segundo, por representarem apenas uma reunião de amigos ou conhecidos que partilham ideias semelhantes e que pretendem apenas conviver e divertir-se.

Neste sentido, e complementando a resposta com o que foi descrito no capítulo 1 - Estado da Arte, a hipótese levantada de que – estes fenómenos são caracterizados pela organização e rapidez de planeamento e execução, não se verifica na sua totalidade, uma



vez que, de acordo com a definição de Machado & Scalco, a forma como estes encontros (*meets*) são marcados, ou seja, pelas redes sociais, não exige grande planeamento e são caracterizados por ocorrerem esporadicamente. Com a resposta à pergunta derivada n.º 1 e com a hipótese correspondente parcialmente verificada, constatamos que, o denominado fenómeno *meet*, foi amplamente caracterizado, não só pelos autores carreados no acervo teórico do primeiro capítulo, mas também pelos especialistas escolhidos para aplicação das entrevistas. Conseguimos assim, atingir o primeiro objetivo específico, caracterizando os *meets* e percebermos que, mesmo tendo potencialidade para degenerar em conflito, não podem ser catalogados como fenómenos de violência urbana.

Quanto à pergunta derivada n.º 2: “a violência urbana tem aumentado devido à utilização das redes sociais?”, observando atentamente a tabela n.º 1 - Crimes registados pelas polícias na Grande Lisboa, no capítulo 1, verificamos que a criminalidade geral tem diminuído. No entanto, constata-se que o crime de burla, o crime informático e a criminalidade grupal, apresentam uma tendência de crescimento. Não obstante, Barbai (2013, p. 56), referir no capítulo 1, que a internet pode funcionar como canal material e espacial das práticas criminosas, com a resposta à pergunta n.º 2 concluímos que a hipótese n.º 2: “o aumento da violência urbana está diretamente relacionado com as redes sociais”, referenciando os dados fornecidos pelo RASI, de que a utilização da internet e, em particular, as redes sociais, para organizar ou planejar eventos que possam degenerar em violência, apresentam fortes tendências de crescimento, verifica-se parcialmente.

Pela leitura e análise da tabela n.º 1, onde apresentamos, de forma transversal, um diagnóstico dos últimos 5 anos sobre a criminalidade na Grande Lisboa, por tipologia de crime, concluímos que os resultados são indicadores de uma diminuição e conseguimos atingir o segundo objetivo específico. O RASI de 2014 prevê uma tendência de aumento dos crimes que, teoricamente, mais contribuem para a estatística da violência urbana e que podem ser organizados, perpetrados ou planeados pela internet, nomeadamente a criminalidade grupal.

Relativamente ao enquadramento legislativo aplicável à atuação das Forças de Segurança, correspondente à pergunta derivada n.º 3, podemos encontrar a resposta através da análise das opiniões dos entrevistados sobre a categoria n.º 5, “limitações legais de atuação”, constante no capítulo 3, onde, de acordo com as opiniões das personalidades inquiridas, o normativo legal aplicável à atuação das polícias, e que está atualmente em vigor, é considerado suficiente. Esta interpretação surge porque, tendo em conta o escasso número de casos decorrentes de contactos nas redes sociais, não se antevê necessário,

alterações profundas na legislação. Não obstante o número de ocorrências não ser preocupante, considera-se que ainda há um longo caminho a percorrer, que forneça as necessárias e adequadas armas legais às Forças e Serviços de Segurança para garantirem uma eficiente prevenção. Contudo, no caso de existirem suspeitas de que alguém se prepara para atentar contra a vida de outrem, contra a ordem pública ou contra a segurança pública, a solução deverá passar necessariamente pela tutela judicial dessa suspeita, para assegurar a prevenção e a sua não concretização.

Podemos assumir que a terceira hipótese levantada, de que “a atuação das forças de segurança está suficientemente regulada pelo acervo normativo e pela legislação interna”, confirma-se na totalidade.

Consideramos ter atingido o terceiro objetivo específico, pois, além da resposta à pergunta n.º 3 e, avocando uma referência do RASI de 2014, no qual vem sublinhado a preocupação da segurança interna com as ameaças de natureza ciber, também ao nível interno a legislação existente está globalmente mais vocacionada para os crimes informáticos e menos para a possível violência perpetrada pelas redes sociais. Em relação às limitações legais da atuação policial, concluímos que, em termos de prevenção, o direito constitucional da confidencialidade das mensagens ou informação pessoal, condiciona a possibilidade de antecipar possíveis situações conflituosas e a obtenção de provas para instrução de processos disciplinares ou criminais, quer através do acesso às redes sociais, quer pelo acesso a mensagens pessoais. Na intervenção *à posteriori*, julgamos que a legislação atual, sobre a atuação das polícias, é suficiente para fazer face a situações de violência urbana.

Respondidas as perguntas derivadas e verificadas as hipóteses, pensamos estar em condições de dar uma resposta à PP e verificar se o objetivo principal foi alcançado.

Pela análise das unidades contextuais das entrevistas, pela leitura das estratégias das instituições responsáveis pela segurança interna, designadamente a GNR e PSP, e pelas respostas às perguntas derivadas, podemos então afirmar que, as FFSS estão atentas e acompanham de perto esta nova forma de comunicar e a sua capacidade de mobilização de massas. Devido a limitações legais de atuação no ciberespaço, as FFSS percecionam algumas dificuldades ao nível da monitorização e consequente prevenção e/ou intervenção, quando o teor das mensagens que circula nas redes sociais atenta contra a ordem e tranquilidade pública. Portanto, atingidos os objetivos específicos, pelo teor das entrevistas efetuadas e respondida a pergunta de partida, atingimos assim o objetivo principal desta



investigação reafirmando que as FFSS estão preparadas para enfrentar estas novas formas de comunicar e a sua capacidade de mobilização de massas.

Sendo óbvio que é difícil imputar criminalmente, através do IP de um determinado computador ou dispositivo eletrónico, a autoria de um ilícito a um indivíduo, podemos, no entanto, concluir que deve existir legislação específica que regule a utilização da internet, e que permita, com a salvaguarda da defesa do bom nome e o direito à privacidade dos utilizadores, uma monitorização e intervenção das autoridades em casos de violação da privacidade, declarações ofensivas e/ou apelos à violência publicadas contra indivíduos ou instituições publico/privadas, cabendo aos juristas e autoridades policiais enfrentar estes novos (ou não!) problemas, no tocante à responsabilidade civil e criminal dos seus autores e aos limites e liberdades de atuação das polícias.

#### **b. Recomendações e limitações da investigação**

A violência urbana é um fenómeno mundial que atravessa a maioria dos países desenvolvidos, com características complexas e desiguais. No decorrer deste trabalho, constatamos que a tecnologia (internet) que deveria proporcionar melhores condições de vida e maior conforto a todas as pessoas, acabou por se transformar em algo merecedor de uma constante vigilância e exigir um esforço extra por parte de todos, de forma a poder preservar-se um mínimo de dignidade e privacidade, uma vez que quem deveria assumir esse controlo, através dos serviços disponibilizados, principalmente no ambiente virtual proporcionado pela internet, não tem possibilidade nem condições para o fazer, nomeadamente, devido a limitações legais de atuação, no caso das polícias, bem como pelas deficientes ou inexistentes, condições estruturais e físicas.

Interessa destacar algumas limitações com que nos deparamos e que, de alguma forma, podem ter influenciado os resultados finais deste trabalho. Destacamos em primeiro lugar, o facto de não ter sido possível entrevistar todas as personalidades identificadas ou estas, não terem conseguido responder ao guião da entrevista; em segundo lugar, pelas limitações decorrentes do limite de palavras e de tempo, imposto para a realização deste trabalho. Pelo facto de descrever a análise dos dados de uma pesquisa que versa sobre a violência urbana num contexto de utilização das redes sociais, sugere-se desde logo que, em futuros estudos, o âmbito e análise do tema, seja alargado a outros pontos do globo, contribuindo assim para conquistar resultados e apreciações possivelmente diferentes.

No entanto, após leitura crítica e atenta sobre o trabalho desenvolvido, depreendemos que, não fora a limitação sentida em termos de tempo disponível, poderíamos ter aprofundado e explorado mais algumas vertentes que constituem a temática em causa e



seria importante para as conclusões observadas, como por exemplo, saber qual a percepção das autoridades judiciais e políticas sobre a mesma temática. Apesar disso, consideramos terem sido atingidos, na sua plenitude, os objetivos propostos e a obtenção de uma resposta à pergunta de partida.

Pelo melindre e abrangência da linha de investigação, e pela constante mutação da sociedade e das tecnologias, somos de opinião que a mesma deverá merecer novas oportunidades e continuar a ser seguida em futuros trabalhos, de forma a serem colmatadas as limitações sentidas e exploradas as vertentes identificadas.



## Bibliografia

- Assembleia da República, 1995. *Código Penal - aprovado pelo Decreto-Lei n.º 48/95*. Lisboa: Conselho de Ministros.
- Assembleia da República, 2007a. *Lei Orgânica da Guarda Nacional Republicana (Lei n.º 63/2007)*. Lisboa: Diário da República.
- Assembleia da República, 2007b. *Lei Orgânica da Polícia de Segurança Pública (Lei n.º 53/2007)*. Lisboa: Diário da República.
- Atheniense, A., 2004. *O Direito e as Novas Tecnologias*. [Online] Available at: <http://www.dnt.adv.br/salas-do-conhecimento/apologia-a-violencia-na-internet/> [Acedido em 6 abril 2015].
- Baldaia, B., 2014. *O que é um #meet?*, Lisboa: TSF, Rádio Notícias.
- Barata, S. d. A., 2008. *Violência Urbana*. Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
- Barbai, M. A., 2013. *A criminalidade no espaço digital: a formulação do sentido..* [Online] Available at: <http://www.labeurb.unicamp.br/livroEurbano/volumeII/> [Acedido em 22 dezembro 2014].
- Bardin, L., 1977. *Análise de Conteúdo. Traduzido do Francês por Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro*. Lisboa: Edições 70, Lda.
- Bernardo, D. S., 2011. *Evolução na Comunicação: estudos nas Redes Sociais*. São Caetano do Sul: Universidade Municipal de São Caetano do Sul.
- Borges, J., 2014. *Violência Urbana* [Entrevista] (16 dezembro 2014).
- boyd, d. m. & Ellison, N. B., 2007. Social Network Sites: Definition, History, and Scholarship. *Journal of Computer-Mediated Communication*, 13(Social network sites), pp. 210-230.
- Brecht, B., 2015. *KDFrases*. [Online] Available at: <http://kdfrases.com/> [Acedido em fevereiro 2015].
- Calloni, H., 2007. O conceito de violência e o meio ambiente em Michel Serres. *REMEA-Revista electronica do mestrado de educação ambiental*, junho, pp. 204-211.
- Capra, F., 2008. Vivendo Redes, in: Duarte, Fábio; Quandt, Carlos; Souza, Queila. . Em: *O Tempo das Redes*. SP: Editora Perspectiva S/A., pp. 21-23.
- Castells, M., 2012. *Redes de Indignación y Esperanza: Los Movimientos Sociales en la Era de Internet. Título original: Network of Outrage and Hope: Social Movements in the Internet Age*. Madrid: Alianza Editorial.



- Cavalcanti, J. B., 2015. *Portal de e-governo, inclusão digital e sociedade do conhecimento*. [Online] Available at: <http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/o-exerc%C3%ADcio-da-liberdade-de-express%C3%A3o-nas-redes-sociais> [Acedido em 18 abril 2015].
- CLEMENTE, P. J. L., 2006. *A Polícia em Portugal*. Lisboa: Edições INA.
- Comissão Europeia, 2013. *Estratégia da União Europeia para a Cibersegurança: Um ciberespaço aberto, seguro e protegido*. Bruxelas: Alta Representante da União Europeia para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança.
- CONTUMÉLIAS, F. C. M., 2008. *Polícia à Portuguesa*. 1ª ed. Alfragide, Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Correia, C. M. B., 2010. *As vozes do jornalismo económico: um estudo preliminar das fontes em portais de notícias*. Palmas: ALCAR-Universidade Federal do Tocantis.
- Cruz, S. H. d., Gonçalves, H. & Cruz, S. H., 2011. Vitimização por Violência Urbana em uma cidade de médio porte do sul do Brasil. *Rev Bras Epidemiol*, pp. 15-26.
- DGPJ, 2014. *Boletim de Informação Estatística n.º 24*, Lisboa: Direção-Geral da Política de Justiça.
- Dias, C. P., 2011. *Cidade, Cultura e Corpo: a velocidade do mundo*. 1ª ed. Campinas, SP: LABEORB/NUDECRI.
- Dias, V. E. M., 2010. *A problemática da investigação do cibercrime*. Pós-Graduação de aperfeiçoamento em Direito da Investigação Criminal e da Prova ed. Lisboa: Universidade de Lisboa.
- Esteves, A. I. P., 1999. *A criminalidade na Cidade de Lisboa: uma geografia da insegurança*. 1ª ed. Lisboa: Edições Colibri.
- Fernandes, L. & Rêgo, X., 2011. Por onde anda o sentimento de insegurança? Problematizações sociais e científicas do medo à cidade. *etnográfica*, fevereiro, pp. 167-181.
- Ferraz, T. S., 2001. *Roteiro para a leitura do livro: Introdução ao Estudo do Direito*. Lisboa: Atlas.
- Filho, D. C. A. N., 2015. *Portal de e-governo, inclusão digital e sociedade do conhecimento*. [Online] Available at: <http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/crime-virtual-crime-contra-o-patrim%C3%B4nio-no-%C3%A2mbito-da-internet-suas-peculiaridades-e> [Acedido em 18 abril 2015].





- Fortuna, C., 2002. Culturas urbanas e espaços públicos: Sobre as cidades e a emergência de um novo paradigma sociológico. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 63, outubro, pp. 123-148.
- França, V. R. V. & Dornelas, R., 2014. *No Bonde da Ostentação: o que os "rolezinhos" estão dizendo sobre os valores e a sociabilidade da juventude brasileira*. Trabalho de Pós-Graduação em Comunicação Social ed. Belém-Brasil: Universidade Federal do Pará.
- Gabinete do Secretário-Geral, 2014. *Relatório Anual de Segurança Interna*, Lisboa: Sistema de Segurança Interna.
- Gabinete Nacional de Segurança, 2014. *Proposta de Estratégia Nacional de Cibersegurança*. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros.
- Gomes, P., 2014. *Violência Urbana* [Entrevista] (10 dezembro 2014).
- Guarda Nacional Republicana, 2014. *Estratégia da Guarda 2020: uma Estratégia de Futuro*. Lisboa: Divisão de Planeamento Estratégico e Relações Internacionais.
- Guedelha, M. J. M., 2013. Sistema de Segurança Interna Português. A reforma de 2008 - Forças e Fraqueza. *Jornal de Defesa e Relações Internacionais*, 25 março, pp. 1-21.
- Guerra, S., 2011. *Portal de e-governo, inclusão digital e sociedade do conhecimento*. [Online] Available at: <http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/internet-e-os-desafios-para-o-direito-internacional> [Acedido em 15 março 2015].
- Gullo, A. d. A. e. S., 1998. Violencia urbana: um problema social. *tempo social: revista sociologica*, maio, pp. 105-119.
- Homem, A. P. B., Lopes, E. T. & Fonseca, R. G., 2014. *Os Direitos Fundamentais na Jurisprudência do Supremo Tribunal de Justiça. Acórdãos selecionados*. Caderno Especial ed. Lisboa: Centro de Estudos Judiciários.
- IDN, 2013. *Conferência IDN: Ciberdefesa, a perspetiva do Reino Unido*. Lisboa, março, AM.
- INE, 2013. *Anuário Estatístico da Região Lisboa*, Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
- Kose, O., 2013. *Público.PT*. [Online] Available at: <http://www.publico.pt/mundo/noticia/governo-da-turquia-quer-limitar-o-uso-das-redes-sociais-1597795> [Acedido em 20 janeiro 2015].
- Lourenço, N., 2010. *Cidades e Sentimento de Insegurança: Violência Urbana ou Insegurança Urbana?*. [Online] Available at: <http://www.fd.unl.pt/> [Acedido em 12 março 2015].





- Lourenço, N., 2013. *Sociedade global, Segurança e Criminalidade: documentos para ensino*. Lisboa: Instituto de Direito e Segurança (Fac. de Direito da UNL).
- Lourenço, N., Cabral, C. C., Machado, P. & Duque, J. J., 2006. *Estudo para a Reforma do Modelo de Organização do Sistema de Segurança Interna*, Lisboa: IPRI/Universidade Nova de Lisboa.
- Machado, C., 2004. *Crime e Insegurança-Discurso do medo, imagem do outro*. 1ª ed. Lisboa: Editorial Notícias.
- Machado, R. P. & Scalco, L. M., 2014. *Rolezinhos: Marcas, Consumo e Segregação no Brasil*. São Paulo-Brasil: Revista de Estudos Culturais.
- Marktest, 1980. *Grupo Marktest*. [Online] Available at: <http://www.marktest.com/wap/grupo.aspx> [Acedido em 14 abril 2015].
- Marktest, 2014. *Bareme Internet*, Lisboa: Marktest.
- Martelete, R. M., 2001. Análise de redes sociais-aplicação nos estudos de transferência da informação. *Ciência da Informação-IBICT*, jan/abr, pp. 71-81.
- Monte, J., 2007. *DireitoNet*. [Online] Available at: <http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/3762/A-violencia-urbana-e-suas-formas-de-prevencao> [Acedido em 18 fevereiro 2015].
- Paganelli, C. J. M., 2013. *Crimes pela Internet*. [Online] Available at: <http://www.crimespelainternet.com.br/responsabilidade-objetiva-dos-provedores-de-conteudo-na-internet/> [Acedido em 18 abril 2015].
- Park, R. E., 1915. The City: Suggestions for the Investigation of Human Behavior in the City. *American Journal of Sociology*, Vol. 20, N.º 5, março, pp. 577-612.
- Pestana, J., 1988. A Cidade em Portugal: Como se Vive - Delinquência Urbana. *Revista «Povos e Culturas»* n.º 3.
- Polícia de Segurança Pública, 2012. *Grandes Opções Estratégicas 2013-2016*. Lisboa: Direção Nacional da PSP.
- PORDATA, 2009. *Base de Dados Portugal Contemporâneo*. [Online] Available at: <http://www.pordata.pt/Municipios/Pesquisa/4/33> [Acedido em 16 abril 2015].
- PSP, I. C., 2015. *Violência Urbana* [Entrevista] (14 fevereiro 2015).
- PSP, I. P. d., 2015. *Violência Urbana* [Entrevista] (14 fevereiro 2015).
- PSP, P. O., 2015. *Violência Urbana* [Entrevista] (14 fevereiro 2015).
- Pujol, A. F. T., Rocha, F. G. & Sampaio, F. S., 2014. *Manifestações Populares no Brasil Atual: Sociedade civil em rede e reivindicações sobre o poder político*. Barcelona: Universitat de Barcelona.




- Raposo, Ó., 2014. *BUALA*. [Online] Available at: <http://www.buala.org/pt/cidade/convivio-ou-violencia-os-meets-e-a-afirmacao-do-direito-a-cidade> [Acedido em 23 março 2015].
- Raposo, R., 2015. *Violência Urbana* [Entrevista] (3 Março 2015).
- Recuero, R., 2009. *Redes Sociais na Internet*. Coleção Cibercultura ed. Porto Alegre-Brasil: Sulina.
- Reyes, A. et al., 2007. *Cyber Crime Investigation: Bridging the Gaps Between, Security Professionals, Law Enforcement, and Prosecutors*. United States of America: Syngress Publishing, Inc..
- Rocha, M. F. B. d., 2009. A Segurança Nacional e a Problemática do Sistema Policial Dualista. *Proelium-Revista da Academia Militar*, 24 abril, pp. 11-73.
- Romão, W. d. M., 2013. #naovaitercopa: manifestações, Copa do Mundo e as eleições de 2014. *Revista de Discentes de Ciência Política, Vol. 1 - n. 2*, pp. 152-167.
- Sanderson, U. A., 2014. *Sistema Policial Português*. [Online] Available at: <http://www.sinpefrs.org.br/site/modelo-policial-brasileiro-e-arcaico-ate-mesmo-se-comparado-ao-modelo-portugues-que-o-inspirou/> [Acedido em 15 fevereiro 2015].
- Santos, L. A. B. & Lima, J. M. M. V., 2014. *Orientações Metodológicas*. Lisboa: IESM.
- Santos, P. J. S., 2014. *Memorando: Criação de Valências na GNR no Âmbito da Cibersegurança*. Lisboa: GNR.
- Santos, P. J. S. d., 2013. 7º Simpósio Internacional "Estratégia da Informação Nacional" e 1º Simpósio Internacional "Organizações, Valores e Liderança", no âmbito da Liderança, Segurança e Defesa da Sociedade em Rede, Lisboa: Academia Militar.
- Sarmiento, M., 2013. *Guia Prático sobre a Metodologia Científica para a Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses de Doutoramento, Dissertações de Mestrado e Trabalhos de Investigação Aplicada*. 3ª ed. Lisboa: Universidade Lusíada Editora.
- Silva, A. H. & Fossá, M. I. T., 2013. *Análise de Conteúdo: Exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos*. Brasília: IV Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade.
- Silva, I. D. F. d., 2015. *Portal de e-governo, inclusão digital e sociedade do conhecimento*. [Online] Available at: <http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/import%C3%A2ncia-das-redes-sociais-nos-protestos-urbanos-da-rede-%C3%A0s-ruas> [Acedido em 18 abril 2015].
- Silva, N. P. d., 2015. *Entre o Militar e o Policial: As reformas da Administração Pública*. 1ª ed. Lisboa: Diário de Bordo.




- Silva, R. M., 2011. *As redes sociais e a revolução em tempo real: O caso do Egito. Tese de Graduação em Comunicação Social*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Sousa, M. d. C. E. d., 2013. *A Dinâmica da Notícia nas Redes Sociais na Internet. Tese de Mestrado em Jornalismo*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.
- Teixeira, D. & Azevedo, I., 2011. Análise de opiniões expressas nas redes sociais. *Revista Ibérica de Sistemas e Tecnologias de Informação (RISTI)*, 9 dezembro, pp. 53-65.
- Tribunal da Relação de Lisboa, 2014. *Justa causa de Despedimento por difamação no Facebook. Confidencialidade de mensagens, acesso à informação e liberdade de expressão*. Lisboa: Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa.
- UNFPA, 2013. *United Nations Population Fund*. [Online] Available at: <http://www.unfpa.org/public/> [Acedido em 26 Outubro 2014].
- Valente, M. M. G., 2009. *Reuniões e Manifestações Actuação Policial*. Coimbra, Almedina, SA.
- Valente, M. M. G., 2014. *Teoria Geral do Direito Policial*. 3ª ed. Coimbra: Edições Almedina.
- Veiga, P., 2014. Os Dados Pessoais e o seu Tratamento Informático. *INGENIUM*, Julho/Agosto, p. 40 e 41.
- Verissimo, J., Macias, M. & Rodrigues, S., 2012. *Implicações Jurídicas das Redes Sociais na Internet: Um Novo Conceito de Privacidade?*. [Online] Available at: [http://www.fd.unl.pt/docentes\\_docs/ma/meg\\_ma\\_15739.pdf](http://www.fd.unl.pt/docentes_docs/ma/meg_ma_15739.pdf) [Acedido em 26 fevereiro 2013].
- Vieira, M., 2015. *Violência Urbana* [Entrevista] (29 janeiro 2015).
- Wikstöm, P.-O. H., 1990. Age and Crime in a Stockholm Cohort. *Journal of Quantitative Criminology*, pp. 61-84.

**Anexo A - Crimes registados pelas polícias na Grande Lisboa**

Tabela n.º 4 - Crimes registados pelas polícias

| Crimes registados pelas polícias na Grande Lisboa: total e por tipo de crime |               |               |         |        |        |                   |        |        |        |                     |        |        |        |  |  |  |  |
|--|---------------|---------------|---------|--------|--------|-------------------|--------|--------|--------|---------------------|--------|--------|--------|---|--|--|--|
| Territórios  |               | Tipo de crime |         |        |        |                   |        |        |        |                     |        |        |        |   |  |  |  |
|  |               | Total         |         |        |        | Contra as pessoas |        |        |        | Contra o património |        |        |        |   |  |  |  |
| Âmbito Geográfico  | Anos          | 2009          | 2010    | 2011   | 2012   | 2009              | 2010   | 2011   | 2012   | 2009                | 2010   | 2011   | 2012   |   |  |  |  |
| NUTS III   | Grande Lisboa | 101 840       | 100 220 | 98 417 | 94 369 | 18 748            | 18 975 | 17 450 | 16 077 | 61 712              | 58 561 | 60 325 | 56 825 |   |  |  |  |

|  Crimes registados pelas polícias na Grande Lisboa: total e por tipo de crime |               |                            |        |       |        |                 |       |       |       |   |      |      |      |                   |        |        |       |
|--|---------------|----------------------------|--------|-------|--------|-----------------|-------|-------|-------|---|------|------|------|-------------------|--------|--------|-------|
| Territórios  |               | Tipo de crime              |        |       |        |                 |       |       |       |   |      |      |      |                   |        |        |       |
|  |               | Contra a vida em sociedade |        |       |        | Contra o Estado |       |       |       | Contra a identidade cultural, integridade pessoal |      |      |      | Legislação Avulsa |        |        |       |
| Âmbito Geográfico  | Anos          | 2009                       | 2010   | 2011  | 2012   | 2009            | 2010  | 2011  | 2012  | 2009  | 2010 | 2011 | 2012 | 2009              | 2010   | 2011   | 2012  |
| NUTS III   | Grande Lisboa | 10 374                     | 10 349 | 8 718 | 11 025 | 1 401           | 1 572 | 1 697 | 1 962 | 9   | -    | -    | 3    | 9 596             | 10 760 | 10 224 | 8 477 |

Fontes de Dados: DGPJ/MJ

Fonte: PORDATA

Última atualização: 2015-03-03

Dados obtidos em [www.pordata.pt](http://www.pordata.pt) a 17-04-2015

**Apêndice A - Análise categorial das entrevistas****Tabela n.º 5 – Grelha de análise à categoria n.º 1**

Fonte: (Autor, 2015)

| <b>Fatores promocionais da violência urbana</b> |   |
|---|---|
| <b>N.º</b>                                      | <b>Unidade de contexto</b>  |
| <b>Entrevista 1</b><br>(GCS)                    | A crise (política, social e económica) e a incerteza individual relativamente ao futuro pode potenciar reações coletivas e favorecer o aparecimento de episódios de violência urbana.   |
| <b>Entrevista 2</b><br>(GNR)                    | As urbes são, por excelência, cenários ideais para a ocorrência de todo o tipo de demonstrações violentas. O significativo número e diversidade de transportes públicos, a existência de “símbolos” do poder do estado, as grandes multinacionais, empresas financeiras, etc, são alguns dos muitos fatores que contribuem para a grande visibilidade dos atos violentos. (...)   |
| <b>Entrevista 3</b><br>(PJ)                     | Os três fatores mais importantes serão, a especificidade da malha urbana, o tipo de relações que as pessoas estabelecem e a forma como se geram fatores de conflito.  |
| <b>Entrevista 4</b><br>(PSP-Intel)              | (...) Podemos elencar alguns fatores que podem estar associados:<br><ul style="list-style-type: none"> <li>– Existência de zonas/áreas urbanas segregadas da malha urbana, onde se inserem, nomeadamente em termos de qualidade de infraestruturas, iluminação pública, transportes, saneamento ou acesso a estabelecimentos de ensino;</li> <li>– Discriminação perante grupos da comunidade da área urbana em análise;</li> <li>– Desemprego e fracas condições económicas de, pelo menos, parte significativa da comunidade ou de determinado grupo.</li> </ul>  |
| <b>Entrevista 5</b><br>(PSP-IC)                 | (...) A violência urbana é um reflexo dos valores, dos ideais e padrões da sociedade civil, relevando igualmente as condições socioeconómicas e a qualidade de vida:<br><ul style="list-style-type: none"> <li>– Em sociedades muito desiguais os índices de violência são superiores aos de sociedades mais igualitárias;</li> <li>– Em certos países a violência doméstica não é criminalizada, sendo inclusive vista como um direito do cônjuge, enquanto à luz dos padrões ocidentais é vista como inadmissível;</li> <li>– Para certas etnias a posse de armas de fogo, ainda que ilegais, é uma tradição, um direito;</li> <li>– O desemprego, a exclusão social e a ausência de rendimentos motivam a prática de delitos;</li> </ul> |
| <b>Entrevista 6</b><br>(PSP-PO)                 | (...) A erosão dos fatores de controlo social, o papel dos média, do cinema, da literatura, da própria geografia dos atuais aglomerados urbanos, da organização do espaço público urbano, aos fenómenos sociais de concentração massificada de pessoas, por exemplo nos espetáculos desportivos, eventos culturais, massificação de zonas de diversão noturna.  |
| <b>Entrevista 7</b><br>(CNC)                    | -----   |



Tabela n.º 6 – Grelha de análise à categoria n.º 2

Fonte: (Autor, 2015)

| Promoção da violência nas redes sociais |   |
|---|---|
| N.º                                     | Unidade de contexto   |
| <b>Entrevista 1</b><br>(GCS)            | As redes sociais amplificam a "mensagem". Democratizaram a comunicação. Ajudam a promover valores, incluindo a violência e a agressão. Nesse sentido pode falar-se num aumento da perceção de violência (...).  |
| <b>Entrevista 2</b><br>(GNR)            | As redes sociais possibilitaram a rápida e universal difusão de todo o tipo de propaganda, sem custos, “sem possibilidade” de censura e, também, sob anonimato. Devido à grande dificuldade das Forças e Serviços de Segurança em monitorizar e avaliar a ameaça, torna este tipo “convocatórias”, do ponto de vista do adversário, particularmente, apetecíveis.   |
| <b>Entrevista 3</b><br>(PJ)             | Não acredito que as redes sociais sejam por si mesmas fatores que facilitem a promoção da violência. A sua utilização facilita o contacto mais ou menos anónimo entre as pessoas, e permite alargar o volume de contactos, diminuindo o risco de penalização, seja social, seja criminal. O que me parece é que facilitam os contactos pessoais, mas a mensagem de violência não reside na rede, reside nos grupos e nas pessoas, por motivos raciais, religiosos, económicos, etc. (...)                                   |
| <b>Entrevista 4</b><br>(PSP-Intel)      | As redes sociais não facilitam nem aumentam a violência, pois são um mecanismo de comunicação que tanto pode ser usado para promoção da violência, como para desconstrução e prevenção da violência. A rapidez e a forma como se comunica é que passam a ser diferentes, pois a informação passa a ser imediata e para uma vasta audiência.   |
| <b>Entrevista 5</b><br>(PSP-IC)         | (...) as redes sociais facilitam e promovem o aumento da violência quanto a mim não é totalmente verdadeiro. Muitas manifestações houve que, não promovidas pelas redes sociais, também degeneraram em violência. (...) um ajuntamento de jovens com antecedentes criminais, não integrados na sociedade e revoltados contra essa mesma sociedade, seja comparecendo num <i>meet</i> , seja numa saída noturna têm grande probabilidade de cometer violência. (...) o problema não está na forma, está no conteúdo da ação. |
| <b>Entrevista 6</b><br>(PSP-PO)         | Estará por provar a ideia de que a utilização das redes sociais tenha contribuído para o aumento da violência urbana. (...) As redes sociais são facilitadoras da comunicação em todos os aspetos da vida social e, naturalmente, também o são na divulgação de ações que, deliberadamente ou não, potenciam a agitação social e a violência.   |
| <b>Entrevista 7</b><br>(CNC)            | O ciberespaço, por natureza desregulado, tem um potencial de difusão de informação ímpar e poderoso, que amplifica o teor das mensagens (...). Promover a violência, a paz, uma agenda política ou apenas um encontro de amigos, beneficiam do mesmo potencial do ciberespaço.  |



Tabela n.º 7 – Grelha de análise à categoria n.º 3

Fonte: (Autor, 2015)

| Fenómeno dos “meets”               |   |
|------------------------------------|---|
| N.º                                | Unidade de contexto   |
| <b>Entrevista 1</b><br>(GCS)       | Os chamados <i>meets</i> têm estado confinados a grupos sociais e geográficos específicos. As redes sociais têm um forte potencial de mobilização nesses grupos, nos quais há uma forte propensão para a violência. Em termos sociais alargados parece de excluir a ligação entre as redes sociais e a violência urbana. (...)  |
| <b>Entrevista 2</b><br>(GNR)       | Considero os <i>meets</i> uma “moda social”, que tem de ser estudada e monitorizada mas que não representará, em si, uma ameaça maior às Forças de Segurança do que as já por nós conhecidas. Uma vez mais a grande problemática é a avaliação correta da ameaça que estas convocatórias representam, uma vez que as mesmas poderão levar a uma “exaustão” dos meios, quando tal não seria necessário.  |
| <b>Entrevista 3</b><br>(PJ)        | Para considerar que uma reunião de pessoas é potencialmente geradora de violência (...) é necessário que esse grupo esteja consolidado, e que tenha definidos objetivos estabilizados, ora o que assistimos é um movimento de aliciamento de jovens, por jovens e sem um objetivo verdadeiramente definido. O nível de destabilização provocada não parece preocupante, embora também considere que deve ser acompanhada de forma discreta, principalmente porque podem fornecer, no futuro, líderes para outro tipo de organizações. |
| <b>Entrevista 4</b><br>(PSP-Intel) | Em regra, estes encontros não estão associados à prática de ilícitos criminais, nem tão pouco originam problemas de Ordem Pública. Geralmente, nos encontros marcados nas redes sociais, (...) está subjacente um tema, e esse sim, deve ser alvo de acompanhamento, são os protestos contra atuações policiais.  |
| <b>Entrevista 5</b><br>(PSP-IC)    | Os <i>meets</i> são uma forma de convívio, de divertimento e de sociabilização. Este <i>meet</i> será diferente de uma ida à discoteca? Ou de uma ida ao Bairro Alto? Como distinguir um <i>meet</i> de uma saída com os amigos que todos nós fazemos. (...) O que se passou foi um exacerbar por parte da comunicação social dessas ocorrências, conduzindo a uma sensação de alarme social, (...) considero que não só não se tornará viral, como já está a passar de “moda”.   |
| <b>Entrevista 6</b><br>(PSP-PO)    | (...) são apenas mais uma forma de comunicação pública (caraterizada pela rapidez na transmissão da informação) e que não deve ser excessivamente valorizada. (...) mas é algo que as polícias devem dar a atenção necessária para que possa ser feita uma monitorização adequada da informação que circula. (...).   |
| <b>Entrevista 7</b><br>(CNC)       | Os “ <i>meets</i> ”, resultam da facilidade conferida pelo ciberespaço para ações coletivas de difusão de mensagens, sejam elas ideológicas, políticas ou mesmo de cariz religioso. (...) Se a mensagem for de cariz violento e as suas causas ou motivações encontrarem um número significativo de apoiantes, então provavelmente assistiremos a um “ <i>meet</i> ” com intenções violentas. É nas causas que deve incidir a monitorização e prevenção policial.   |



Tabela n.º 8 – Grelha de análise à categoria n.º 4

Fonte: (Autor, 2015)

| Atuação das autoridades            |   |
|------------------------------------|---|
| N.º                                | Unidade de contexto   |
| <b>Entrevista 1</b><br>(GCS)       | A estratégia de atuação tem de passar pela monitorização das redes sociais. A nível local como nacional (e em certos casos transnacional). Há, no entanto, espaço para a adoção de estratégias proativas que incluam vertentes educativas e de inclusão social.   |
| <b>Entrevista 2</b><br>(GNR)       | Todo o tipo de instigação, incitamento, etc., com recurso às redes sociais deverá ser entendido como um crime e deverão, consequentemente, ser acionadas as correspondentes medidas de carácter policial. A prevenção, no terreno, é algo fundamental, em complemento da monitorização das redes e avaliação da ameaça que é realizada a montante.  |
| <b>Entrevista 3</b><br>(PJ)        | O dilema da intervenção neste tipo de situações está na dificuldade de encontrar o ponto de equilíbrio necessário para controlar as “reuniões” (...). Se a intervenção for demasiado musculada, pode surtir um efeito contrário ao pretendido, pois o que está em causa não é a ferramenta utilizada para recrutar elementos para a reunião, (as redes sociais, telemóvel ou <i>sms</i> ) mas sim o motivo para se fazer a reunião. A forma mais eficaz é a monitorização das redes sociais, tentando identificar os elementos mais influentes, a forma e o motivo como exercem essa influência e antecipar o seu controlo.   |
| <b>Entrevista 4</b><br>(PSP-Intel) | As FSS, de acordo com o atual regime jurídico, devem acompanhar e denunciar às AJ a ocorrência de crimes, mesmo quando elas ocorrem em meios de comunicação como as redes sociais.  |
| <b>Entrevista 5</b><br>(PSP-IC)    | (...) as FSS devem adotar a prevenção, através do acompanhamento e monitorização deste tipo de atos. Julgo que uma maior aposta na repressão criminal a montante das reuniões não seria vantajoso, não só pelas limitações legais, mas também pelas limitações investigatórias e técnicas para responsabilizar alguns atos preparatórios que consubstanciem a prática de um crime. (...) deve-se controlar e conhecer o perfil dos promotores e dos eventuais participantes e conjugação com a informação policial existente adotarem-se as medidas necessárias para a prevenção de atos de violência, sem prejuízo, é claro de em paralelo ou em complemento decorrerem as investigações aos ilícitos criminais identificados; |
| <b>Entrevista 6</b><br>(PSP-PO)    | A estratégia passará seguramente pela monitorização constantes das redes sociais antecipando o problema. (...) Não sendo determinante, a utilização/monitorização da informação que circula nas redes sociais, será seguramente uma mais-valia para a atividade das FSS que não deve ser desprezado, ou melhor, que não pode deixar de ser considerado;   |
| <b>Entrevista 7</b><br>(CNC)       | (...) A estratégia poderá passar por ações de OSINT ( <i>Open Source Intelligence</i> ) ou outras semelhantes e legalmente previstas, que permitam antecipar, sem comprometer a legalidade da obtenção da prova, esse tipo de atos preparatórios.   |





Tabela n.º 9 – Grelha de análise à categoria n.º 5

Fonte: (Autor, 2015)

| Limitações legais de atuação       |  |
|------------------------------------|--|
| N.º                                | Unidade de contexto  |
| <b>Entrevista 1</b><br>(GCS)       | (...) quase impossível permanecer anónimo. Isso pode restringir os apelos à violência e permitir a deteção de condutas suspeitas. A monitorização da internet vai tornar-se uma realidade incontornável, bem assim como uma maior colaboração dos operadores das plataformas tecnológicas e fornecedores de internet e comunicações.   |
| <b>Entrevista 2</b><br>(GNR)       | (...) o acompanhamento que está a ser realizado já vai permitindo a caracterização, ou o traçar dos perfis que permitem posteriormente uma avaliação mais rigorosa dos autores e, posteriormente, a identificação dos mesmos, que possibilite a sua condenação. No campo legislativo, ainda há, no entanto, um longo caminho a percorrer, que forneça as necessárias e adequadas armas legais às Forças e Serviços de Segurança para atingirem tal desiderato.   |
| <b>Entrevista 3</b><br>(PJ)        | (...) à polícia compete aplicar a lei, não fazer a lei. (...) a sociedade civil considera que a utilização das redes sociais pode colocar em risco a integridade da própria sociedade? O volume de situações em que as redes sociais são utilizadas para aliciar à violência é suficientemente preocupante para que se criem mecanismos de monitorização dessas mesmas redes, permitindo um acesso, pelo menos inicial, à correspondência de qualquer cidadão? O número de casos que efetivamente decorrem dos contactos via redes sociais tem gravidade suficiente? E se assim for, em que tipos de casos se pode recorrer a essa monitorização? E quem faz essa monitorização? Pessoas credenciadas, um magistrado? E quais os requisitos necessário para autorizar essa monitorização? Estas são algumas das questões que é necessário clarificar previamente.<br>(...) fazer a distinção do que são ameaças efetivas e situações disparatadas, (...) as redes sociais, meios de comunicação privados, são como correspondência, e para aceder a esses conteúdos, têm de estar reunidos alguns requisitos e um deles é uma autorização judicial.<br>(...) antes das redes sociais, eram feitas por telefone, ou por carta anónima, e nem por isso era uma situação preocupante para a sociedade ao ponto de se alterar a legislação. (...) Que situação será mais perigosa? (...) |
| <b>Entrevista 4</b><br>(PSP-Intel) | Sugerimos antes que se privilegie a pesquisa em fontes abertas, na defesa dos direitos, liberdades e garantias individuais.  |
| <b>Entrevista 5</b><br>(PSP-IC)    | (...) O alarmismo causado pela comunicação social influencia as decisões, inclusive das FSS, contudo os desafios atuais para as FSS não diferem muito dos desafios do passado, e se a forma de agir das FSS no passado era eficiente e eficaz não há necessidade de alterar, há sim necessidade de a atualizar e de aproveitar as vantagens que as redes sociais originam. Julgo que devemos manter uma visão pragmática, objetiva e racional e não embarcar num securitarismo <i>orwelliano</i> ao qual por defeito profissional somos muito permeáveis.  |
| <b>Entrevista 6</b><br>(PSP-PO)    | Não nos parece que o atual estado da arte requeira alterações profundas na legislação existente. Sem embargo de melhorias no que respeita à possibilidade de utilização desta informação para a identificação de pessoas e à sua utilização como prova em processo, julgamos que o quadro legal responde às exigências da atualidade;  |
| <b>Entrevista 7</b><br>(CNC)       | (...) O regime de acesso a comunicações eletrónicas já encontra paralelo normativo em Portugal, através da equiparação destas comunicações às comunicações telefónicas e postais, (...). Permitir o acesso às áreas restritas dos utilizadores das redes sociais seria o equivalente a permitir o acesso sem restrições às comunicações telefónicas ou eletrónicas (por exemplo o correio eletrónico). Havendo suspeitas de que alguém se prepara para atentar contra a vida de outrem, contra a ordem pública ou contra a segurança pública em geral, a solução deverá passar necessariamente pela tutela judicial dessa suspeita por forma a permitir (e é impreterível que permita) a utilização de todos os recursos legais disponíveis (incluindo a interceção) para evitar a concretização dessa suspeita.   |



Tabela n.º 10 – Grelha de análise à categoria n.º 6

Fonte: (Autor, 2015)

| Monitorização e acompanhamento das redes sociais pelas FFSS |  |
|---|--|
| N.º   | Unidade de contexto  |
| <b>Entrevista 1</b><br>(GCS)                                | É imprescindível que o venham a fazer no futuro próximo. Haverá até medidas em preparação nesse sentido, em linha com o que sucede já em países europeus próximos de Portugal.   |
| <b>Entrevista 2</b><br>(GNR)                                | Importante não, fundamental. Aliás, as Forças e Serviços de Segurança já o fazem, e não tenho qualquer dúvida que empregarão um crescente número de meios humanos e materiais nessa tarefa.  |
| <b>Entrevista 3</b><br>(PJ)                                 | (...) Tecnicamente já é possível fazê-lo, legalmente existem limitações, e isto tem implicações práticas pois se colocarmos a questão da legalidade da atuação policial como condição base para produzir prova, então tem de haver um enquadramento que legalize o procedimento, mas por outro lado seria uma ferramenta útil, não tanto pela questão dos <i>meets</i> (...), mas para situações de terrorismo ou crimes graves, esses sim praticados por indivíduos adultos, devidamente organizados, com capacidade técnica e económica, devidamente direcionados para objetivos que resultam gravosos para a sociedade em geral.  |
| <b>Entrevista 4</b><br>(PSP- Intel))                        | Bastante importante.   |
| <b>Entrevista 5</b><br>(PSP-IC)                             | Entendo que as redes sociais são, não um problema, mas uma oportunidade para as FSS e que devemos caminhar no sentido de um maior aproveitamento e acompanhamento das mesmas por forma a podermos detetar, antecipadamente, reuniões ou ajuntamentos de pessoas que pelas suas características, histórico, ideais que perfilhem ou motivação possuam em abstrato algum risco para a segurança pública.   |
| <b>Entrevista 6</b><br>(PSP-PO)                             | Respondida nas considerações anteriores.   |
| <b>Entrevista 7</b><br>(CNC)                                | (...) é importante que as Forças e Serviços de Segurança possam acompanhar e monitorizar as redes sociais, sempre no estrito respeito pelos direitos da privacidade e pelas regras processuais penais de acesso/interceção a comunicações eletrónicas. (...) importa que as Forças e Serviços de Segurança possuam a capacidade e os meios para tal. (...) as Forças e Serviços de Segurança já possuem legitimidade para acompanhar as redes sociais, na medida em que os conteúdos tornados públicos podem ser considerados como acessíveis a todos. Outra questão será a capacidade de atribuir inequivocamente a alguém a autoria das mensagens, visto ser simples a criação de perfis com identidades alternativas ou em nome de outrem. (...). |



## Apêndice B - Guião da entrevista

# INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

## IESM

### ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

**Tema:** “*Violência Urbana*”

Exmo. (a) senhor (a),

No âmbito do Curso de Estado-Maior Conjunto 2014-2015, a decorrer no Instituto de Estudos Superiores Militares, encontro-me a desenvolver um trabalho de investigação individual subordinado ao tema “**Violência Urbana**”.

O principal objetivo deste trabalho é analisar e interpretar a forma como as forças de segurança (GNR e PSP) se estão a organizar face ao aparecimento de novos meios de mobilização grupal, designadamente o recurso às redes sociais, e que podem degenerar em fenómenos esporádicos de violência urbana gratuita.

No intuito de obter informações credíveis e opiniões avalizadas sobre a temática, considero fundamental auscultar as entidades com conhecimentos de fato sobre o tema em apreço. Solicitamos a melhor colaboração de V. Exas nas respostas às perguntas enunciadas, apelando à capacidade de síntese e de concisão.

Tendo em conta a escassez de literatura existente sobre a temática, a colaboração de V. Exa reveste-se de enorme importância, pelo que agradecemos antecipadamente os doutos contributos e solicitamos resposta via correio eletrónico o mais breve possível.

Antecipadamente gratos pela disponibilidade,

Cordiais cumprimentos

Lisboa, 08 de dezembro de 2014

António Manuel da Silva Ramos

TCor de Inf<sup>a</sup> da Guarda Nacional Republicana

Email: [ramos.to@gmail.com](mailto:ramos.to@gmail.com)

Tlm: 962491695



## I – IDENTIFICAÇÃO

|              |  |        |  |
|--------------|--|--------|--|
| Nome:        |  | Função |  |
| Instituição: |  | País:  |  |
| Data:        |  |        |  |
| Anonimato    |  |        |  |

## II – PERGUNTAS

1. A violência urbana é um conceito demasiado vasto e difícil de definir. Poderá passar por uma simples briga de vizinhos, uma discussão devido ao trânsito nas horas de ponta, uma manifestação em frente à Assembleia da República ou durante um jogo de futebol. Na sua opinião quais os fatores que mais contribuem para alimentar a violência urbana?  
.....  
.....  
.....  
.....
2. Pressionada pelos mais diversos fatores, a população tem vindo a promover ações de descontentamento e de manifestação através das redes sociais que, por vezes, degeneram em violência, nomeadamente contra a polícia. Na sua opinião, de que forma o uso das redes sociais facilitou a promoção e o aumento da violência?  
.....  
.....  
.....  
.....
3. Nos últimos tempos temos assistido a fenómenos esporádicos de violência urbana decorrente dos chamados “meets”. Como caracteriza estes novos (pseudo) fenómenos? Considera serem atos isolados ou, pelo contrário, considera preocupante podendo perpetuar um *modus operandi* viral para grupos desestabilizadores da ordem social?  
.....  
.....  
.....  
.....
4. Na Código penal português, a simples utilização da internet (redes sociais) não está tipificada como crime, no entanto, existem alguns tipos de crime cujos atos preparatórios (instigação, incitamento, denúncias, provocação, etc), só por si, constituem um crime punível por lei. Neste sentido, em termos legais, qual deverá ser



a estratégia de atuação mais adequada, por parte das autoridades, para poderem antecipar ações (atos preparatórios) geradoras de violência nas redes sociais?

.....

.....

.....

.....

5. Quando se fala no uso das redes sociais, estamos a falar de uma plataforma de comunicação cujo acesso é restrito. Assim, em termos legais, o que poderá ser alterado para facilitar a monitorização das redes sociais daquele, ou daqueles, que tentam impulsionar a violência ou ações que ameaçam a segurança, a vida das pessoas e a propriedade público-privada, por parte das polícias?

.....

.....

.....

.....

6. Decorrente das atribuições, competências e limitações legais das Forças de Segurança, por forma a prevenir e evitar eventuais atos de violência, considera importante que as mesmas possam acompanhar e monitorizar as redes sociais?

.....

.....

.....

.....

Obrigado pela sua colaboração